

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE
VITÓRIA - EMESCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL

JULIANA DE SOUZA COSTA COLA

**UMA EXPERIÊNCIA NO PROJovem ADOLESCENTE NA VISÃO DE
EGRESSOS**

VITÓRIA
2012

JULIANA DE SOUZA COSTA COLA

**UMA EXPERIÊNCIA NO PROJovem ADOLESCENTE NA VISÃO DE
EGRESSOS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Orientador: Prof. Dr. César Albenês de Mendonça Cruz

Coorientadora: Prof^a. Dr^a Raquel de Matos Lopes Gentili

VITÓRIA
2012

JULIANA DE SOUZA COSTA COLA

UMA EXPERIÊNCIA NO PROJovem ADOLESCENTE NA VISÃO DE EGRESSOS

Dissertação apresentada a ao Curso de Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em 28 de maio de 2012.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. César Albenês de Mendonça Cruz
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
EMESCAM
Orientador

Prof^ª. Dr^ª. Raquel de Matos Lopes Gentili
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
EMESCAM
Co-Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Gilsa Helena Barcellos
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
EMESCAM

Prof^ª. Dr^ª. Maria Tereza Coimbra de Carvalho
Universidade Vila Velha - UVV

Dedico aos adolescentes e jovens
que me permitiram realizar essa
pesquisa

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de esperança e amor. Em Sua infinita bondade, me ensinou a ter fé e paciência, jamais permitiu que eu me sentisse sozinha e me concedeu alegria e força em todas as horas.

A São Miguel Arcanjo, pela fiel proteção.

À minha família, pela dedicação, pela ajuda, pelo amor em todos os momentos e, principalmente, pelo estímulo e exemplo para o trabalho e estudo.

Aos meus amigos, pela companhia, carinho e amizade. Dividiram comigo, durante os anos de curso, toda a minha preocupação, ansiedade, alegria, medos e incertezas.

À Prof^ª. Dr^ª. Raquel de Matos Lopes Gentili a minha gratidão pelos ensinamentos, pela presença constante, pelo apoio, pela paciência e, principalmente, por ter sido minha fonte de inspiração e disciplina. Jamais vou esquecer a sua dedicação.

Ao Prof. Dr. Cesar Albenes de Mendonça Cruz pela compreensão e ajuda.

Aos professores do mestrado, que compartilharam comigo os seus conhecimentos ao longo do curso.

À Patrícia, pela disponibilidade e boa vontade para me atender.

Ao Prof. Dr. Rodrigo Roque Lesqueves de Castro, por quem tenho grande admiração, pelos conselhos nos momentos de preocupação e por me incentivar nos estudos e no trabalho.

À Prof^ª. Dr^ª. Maria Tereza Coimbra de Carvalho pela disponibilidade, pelas opiniões e pelo incentivo nos estudos e trabalho.

À Prof^ª Dr^ª. Angela Maria de Castro Simões pela boa vontade e pela disponibilidade.

Aos ex-alunos do programa Projovem, o meu *muito obrigada* pela participação na pesquisa. Sem a boa vontade, a disponibilidade, a dedicação, o carinho e o consentimento de vocês este trabalho jamais teria sido concluído.

“Muitas pequenas coisas feitas em muitos pequenos lugares por muitas pessoas miúdas podem mudar a face do mundo.”

Provérbio Chinês

RESUMO

Dentre os programas oferecidos aos adolescentes e jovens está o Projovem, instituído, em primeiro momento, pela Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005. Uma vez que um programa social só faz sentido se for criado para produzir mudanças substantivas na vida dos participantes, a presente pesquisa tem como objetivo principal estudar a experiência do Programa de Inclusão de Jovens Adolescentes (Projovem Adolescentes) a partir de jovens que frequentaram o projeto no bairro de São Pedro, em Vitória/ES, tendo em vista compreender as mudanças desencadeadas na vida desses jovens, a partir de sua participação no programa. Os objetivos específicos que norteiam a pesquisa realizada foram: identificar se houveram mudanças na vida dos jovens a partir do estabelecimento de vínculo com o programa e quais foram essas mudanças; verificar como as práticas desenvolvidas no mesmo transmitem novas informações e como tais conteúdos os afetam em suas atitudes; compreender como os nexos da experiência se estabelecem, relacionando potencialidades e dificuldades para a sua operacionalização identificando a visão dos ex-usuários. Foram consideradas tanto a vivência no mesmo, os desafios que protagonizaram e as perspectivas em relação ao que precisam enfrentar no futuro em face das profundas mudanças que estão ocorrendo na sociedade. Para a realização dessa pesquisa adotaram-se os procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa em duas etapas: a primeira, de caráter exploratório, que buscou realizar uma breve revisão literária, com a intenção de configurar o Projovem no âmbito da Política Nacional da Juventude (PNJ). A segunda etapa compreende um estudo de caso, realizado a partir da coleta de dados obtidos por entrevistas semiestruturadas aos jovens de 18 a 29 anos que participaram do Projovem Adolescente, na região de São Pedro, na cidade de Vitória no estado do Espírito Santo. Verifica-se que uma questão ainda permanece a desafiar os estudos e a implantação dessa política, e das demais políticas públicas para esse segmento social: reconhecer e apoiar as múltiplas formas de atividade e criatividade dessa faixa etária.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Adolescente e Exclusão Social.

ABSTRACT

Among the programs offered to teens and young Projovem is established, at first, by Law No. 11,129 of June 30, 2005. Once a social program only makes sense if it is designed to produce substantive changes in the lives of participants, this research project aims main objective to study the experience of the Adolescent Projovem from young people who attended the project in the neighborhood of St. Peter in Vitória / ES in order to understand the changes triggered in the lives of young people, from their participation in the program. The specific objectives were: to determine whether there were changes in the lives of young people from the settlement with the link to the program and what were these changes, see how the practices developed in the same transmit new information and as such affect the content in their attitudes; understand how the connections are established from the experience, strengths and difficulties relating to its operation by identifying the vision of former users. We considered both the same experience, who staged the challenges and prospects in relation to what must face the future in the face of the profound changes taking place in society. This research is qualitative and was conducted in two stages: the first, exploratory study that sought to conduct a brief literature review, with the intention to set up Projovem under the National Youth Policy. The second step comprises a case study, conducted from the collection of data from semi-structured interviews with 18 to 29 years who participated in the Youth Inclusion Programme Teens Teen- Projovem in San Pedro-Vitória/ES. There is a question that still remains a challenge studies and the implementation of this policy, and other public policies for this segment of society: to recognize and support the multiple forms of activity and creativity in this age group.

Keywords: Public Policy, Teenagers and Social Exclusion.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH - Banco Nacional de Habitação
BVJ - Benefício Vinculado ao Jovem
CCS - Conselho da Comunidade Solidária
CDPD - Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência
CIDC - Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança
CNJ - Conferência Nacional da Juventude
CNs - Conselhos Nacionais
CONJUVE - Conselho Nacional da Juventude
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRFB - Constituição da República federativa brasileira de 1988
CUT - Central Única dos Trabalhadores
EC - Emenda Constitucional
ECRIAD - Estatuto da Criança e do Adolescente
EF - Ensino Fundamental
EMESCAM - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
ES - Espírito Santo (Estado)
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
MADS - Ministério da Assistência e Desenvolvimento Social
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MET - Ministério de Esportes e Turismo
MJ - Ministério da Justiça
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
MS - Ministério da Saúde
MSI - Modelo de Substituição de Importações
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MT - Ministério da Educação
MT - Ministério do Trabalho
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família
PBF - Programa Bolsa Família
PDMJVSES - Promoção dos Direitos das Mulheres Jovens Vulneráveis à Violência Sexual e à Exploração Sexual
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PJMA - Programa Juventude e Meio Ambiente
PLANFOR - Plano de Educação Profissional
PNJ - Política Nacional da Juventude
Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROUNI - Programa Universidade para Todos
PRSACL - Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei
PT - Partido dos Trabalhadores
SF - Senado Federal
SGPR - Secretaria Geral da Presidência da República
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1 AS TRANSFORMAÇÕES MUNDIAIS ECONÔMICAS E SOCIAIS PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E NO BRASIL | 16 |
| 1.1 O NEOLIBERALISMO E A GLOBALIZAÇÃO | 23 |
| 1.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL RECENTE | 28 |
| 2 A JUVENTUDE COMO QUESTÃO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS | 35 |
| 2.1 AS POLÍTICAS DO GOVERNO LULA PARA O JOVEM E O PROJOVEM. | 45 |
| 2.2 O PROJOVEM ADOLESCENTE | 51 |
| 3 A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE INCLUSÃO DE JOVENS NO BAIRRO DE SÃO PEDRO, NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, NO ESPÍRITO SANTO | 54 |
| 3.1 CATEGORIZAÇÃO DOS JOVENS ENTREVISTADOS | 54 |
| 3.2 ESCOLARIDADE E EDUCAÇÃO X PROJOVEM | 60 |
| 3.3 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL | 64 |
| 3.4 TERRITORIALIZAÇÃO | 69 |
| 3.5 O PROJOVEM E A SUA MISSÃO SOCIALIZADORA | 70 |
| 4 CONCLUSÃO | 75 |
| REFERÊNCIAS | 79 |
| APÊNDICE | 85 |
| APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO | 86 |
| ANEXO | 88 |
| ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 89 |

INTRODUÇÃO

A consagração do modelo capitalista impõe um cenário socioeconômico novo. As consequências desse processo ocorrem de diversas maneiras. Dentro desse contexto, os jovens passam a ser referenciados por seu lugar no mundo do trabalho, o que acabou contribuindo para uma configuração distinta de juventude, colocando muitas indagações e desafios para os governos.

A juventude tem estado no centro dos debates nos últimos anos. São diversas as imagens ligadas aos jovens, que variam desde rebeldia, transgressão, jovem violento, usuário de drogas até aventura, liberdade e beleza (SOARES, RIZZINI, BUSH, 2010).

Apesar das suas diferentes formas e representações, a ideia central, criada pela sociedade ocidental industrial, é de que o jovem é um sujeito em fase de preparação e transição para a vida adulta e, por isso, deve estar inserido no mercado de trabalho e ingressar no sistema produtivo.

Assim, as políticas públicas atuais, voltadas para o público jovem, tem a tendência de enxergar o jovem, de uma forma geral, como um ser violento, drogado ou ocioso, que precisa apenas ocupar o seu tempo para não se tornar um problema para a sociedade. Dessa forma, muitas dessas políticas desandam ou não são bem sucedidas.

A busca pela descrição atual em que se enquadra a juventude brasileira e ressaltar esse problema dentro do contexto das políticas públicas trata-se de algo urgente, tendo em vista a situação socioeconômica em que o jovem se encontra. Além disso, elucidar algumas questões sobre os jovens permite realizar um breve diagnóstico sobre a juventude e contribuir para a formação de políticas públicas com maior efetividade e consistência para esse segmento.

Assim, as demandas dos jovens passaram a ganhar reconhecimento nas políticas públicas. Dentre os programas oferecidos aos adolescentes e jovens está o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), instituído, em primeiro momento, pela Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005.

Assim, busca-se compreender: O Projovem é uma política emancipatória? Uma política voltada à qualificação profissional garante a inserção do jovem no *mundo do trabalho*? Como seria o modelo ideal de uma política pública voltada para o público jovem? E qual a visão do jovem sobre o programa que participou?

Uma vez que um programa social só faz sentido se for criado para produzir mudanças substantivas na vida dos participantes, a presente pesquisa tem como objetivo principal analisar o caso do Projovem Adolescente. Ou seja, o objetivo geral do trabalho é compreender a experiência do Projovem Adolescente a partir de jovens que frequentaram o projeto no bairro de São Pedro, em Vitória, Estado do Espírito Santo (ES), tendo em vista compreender as mudanças desencadeadas na vida desses jovens, a partir de sua participação no programa.

Os objetivos específicos que nortearam a realização do presente trabalho são: identificar se houve mudanças na vida dos jovens a partir do estabelecimento com o vínculo com o programa e quais foram essas mudanças; verificar como as práticas desenvolvidas no mesmo transmitem novas informações e como tais conteúdos os afetam em suas atitudes; compreender como os nexos da experiência se estabelecem, relacionando potencialidades e dificuldades para a sua operacionalização, identificando a visão dos ex-participantes.

A escolha da temática desenvolvida nessa dissertação se deu a partir de duas experiências recentes da autora. A primeira experiência está relacionada à trajetória profissional, na qual surgiu a oportunidade de trabalhar como profissional de Enfermagem na Fundação Fé Y Alegria do Brasil e manter contato com muitos jovens pais e responsáveis por crianças abrigadas no Centro de Vivência I. No trabalho da Fundação são atendidas crianças de 0 a 6 anos, que são abrigadas e

dependentes de todos os cuidados sociais e de saúde necessários, até que a possa ser reintegrada à família ou encaminhada para a adoção.

A segunda motivação decorre da inserção da redatora do presente trabalho como pesquisadora de aperfeiçoamento (sem bolsa) na pesquisa “A percepção de jovens sobre condições de vida e violência na região de São Pedro”, na qual se estuda a visão que jovens e adolescentes possuem sobre as relações sociais atuais. Nesse sentido, essa proposta visa se integrar nessa linha de pesquisa, que vem aprofundando teórica e empiricamente as relações entre juventudes.

Tanto o contato com as crianças abrigadas quanto a situação da pesquisa permitiram a melhor compreensão sobre o ambiente social em que o jovens e adolescentes vivem, bem como a situação econômica de suas famílias.

No caso das crianças abrigadas, em sua maioria, são filhas de pais muito jovens, de idade entre 14 e 29 anos, de baixa renda, que possuem mais de um filho, entre os quais pode-se perceber certa descrença em relação ao futuro. Algumas características do perfil desses pais os levam a abandonarem seus filhos ou proporcionarem um ambiente familiar com situações de negligência e violência. Na pesquisa em que a autora participa, estão sendo identificadas várias situações de violência e de vulnerabilidade, as quais os jovens e adolescentes dessa faixa etária vivenciam ou observam em suas relações sociais.

Essas experiências despertaram o interesse teórico de entender melhor as condições sociais, econômicas e culturais desse segmento que se encontra em situação de risco e com possibilidade de reproduzir essa realidade nas novas famílias em formação nesse segmento social, bem como as visões que esse segmento possui de sua própria vida.

Tal proposta se justifica pela possibilidade de dar continuidade às discussões na perspectiva da linha de pesquisa na qual participei no ano de 2011, além de contribuir com elementos sobre o universo representacional dos jovens. Nesse sentido, é estudado tanto o marco lógico do programa, quanto as experiências

práticas dos participantes, a partir das entrevistas semiestruturadas com ex-participantes do Projovem Adolescente no bairro em estudo.

Foram consideradas tanto a vivência no mesmo, os desafios que protagonizaram e as perspectivas em relação ao que precisam enfrentar no futuro, em face das profundas mudanças que estão ocorrendo na sociedade.

Essa pesquisa é de caráter qualitativo-documental. Segundo Brevidei e Domenico (2006), a pesquisa qualitativa tem as seguintes características:

O ambiente natural é a fonte direta dos dados e o pesquisador o instrumento chave; é descritiva, ou seja, tem os resultados expressos em narrativas, descrições, figuras, declarações de pessoas, quadros esquemáticos; os pesquisadores preocupam-se com o processo e não simplesmente com o resultado e o produto e, também, tendem a analisar seus dados individualmente. Assim, buscam detectar o significado que as pessoas buscam aos fenômenos (BREVIDELLI, DE DOMENICO, 2006, p. 76).

Esta proposta foi realizada em duas etapas, a saber: a primeira, de caráter exploratório, consistiu no levantamento bibliográfico e documental para configurar o Projovem Adolescente no âmbito da Política Nacional da Juventude do Governo Federal e sua estrutura como programa de política pública.

Na segunda fase, realizou-se um estudo de caso onde foram identificadas as visões dos ex-participantes do programa Projovem Adolescente sobre a experiência com a participação no programa, no Bairro de São Pedro/Vitória-Espírito Santo. Segundo Ventura (*apud* YIN, 2007), o estudo de caso:

(...) representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso único quanto múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa. (VENTURA *apud* YIN, 2007, p. 384).

O bairro São Pedro, na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV)¹, ES, abriga aproximadamente 45 mil moradores, onde a renda mediana é de 1,25 salários

¹ Formada pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória (capital do Estado), foi constituída pela Lei Complementar estadual 58, de 21.02.1995.

mínimos. Os moradores da Região da Grande São Pedro são afetados pela segregação e desemprego, sendo uma das regiões mais pobres de Vitória, razão pela qual a pesquisa foi realizada nesse local.

A metodologia empregada foi a “bola de neve” (BIERNACKI e WALDORF *apud* SANCHEZ; OLIVEIRA; NAPPO, 2004), onde um informante-chave guiou a pesquisadora para os demais sujeitos da pesquisa, e assim sucessivamente, até completar o número da amostra.

Foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas, a partir de um formulário (Apêndice A), no período de julho de 2011 a dezembro de 2011, com jovens entre 18 e 29 anos que participaram do Programa Projovem Adolescente residentes no bairro.

Foram excluídos da pesquisa os adolescentes inscritos atualmente no programa, pois o objetivo da pesquisa consiste em analisar a vida dos jovens depois que eles frequentaram o programa. Os jovens que não demonstraram interesse na pesquisa também foram excluídos. O número inicial proposto pela pesquisadora foi de 30 entrevistas; porém, ao fechar o grupo de 20 entrevistas, percebeu-se que os sujeitos estavam sendo encaminhados repetidamente para os mesmo adolescentes.

Na análise dos dados, os jovens foram numerados de 1 a 20, a fim de identificar os conteúdos das falas e preservar o anonimato dos sujeitos entrevistados.

As entrevistas foram de caráter semiestruturado, e foram realizadas conforme a Resolução CNS/196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS). Estas somente foram realizadas após a aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa. O projeto foi aprovado pelo comitê através da declaração número 062/2011. Como se trata de pesquisa envolvendo opinião com jovens, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) foi assinado pelos mesmos, o que garantiu a sua participação no processo.

O formulário foi submetido a dois testes de validação. O primeiro, com especialistas da área que fizeram ponderações que foram corrigidas, a partir das quais foi realizado um pré-teste de aplicação do questionário com ex-participantes do programa Projovem adolescentes, para verificar se os termos estavam claros para os sujeitos da pesquisa e se as respostas seriam capazes de atingir o objetivo pretendido. Foram observados alguns aspectos que foram contemplados na análise dos dados.

Verifica-se que uma questão ainda permanece a desafiar os estudos e a implantação dessa política, e das demais políticas públicas para esse segmento social: reconhecer e apoiar as múltiplas formas de atividade e criatividade dessa faixa etária.

Nesse sentido, uma política pública destinada aos jovens precisa entender os desafios que estão sendo colocados para os mesmos. Suas diretrizes precisam focar nos desafios “dessa geração, tanto quanto sua forma inovadora de encontrar respostas aos problemas sociais, chamando-os permanentemente para o diálogo e para a participação cidadã.” (BRASIL, 2005b, p.12).

No capítulo 1 dessa monografia é feita uma breve discussão sobre as transformações sociais e econômicas ocorridas no pós Segunda Guerra mundial, trazendo uma relação entre neoliberalismo, globalização e políticas públicas.

No capítulo 2 explica-se o que são e quais são os tipos de políticas públicas, como está a situação da juventude no quadro de políticas públicas no Brasil e como se deu essa trajetória até o surgimento do programa Projovem Adolescente.

No Capítulo 3 são apresentados os dados coletados e é efetuada uma análise sobre esses resultados, com a intenção de atingir os objetivos do estudo. Por último, foi elaborada a conclusão do estudo.

1 TRANSFORMAÇÕES MUNDIAIS ECONÔMICAS E SOCIAIS PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO MUNDO E NO BRASIL

O neoliberalismo se desenvolveu posteriormente à Segunda Guerra mundial como resposta ao *Estado de Bem Estar Social*.² O Estado de Bem Estar Social perdurou até os anos de 1970, quando uma segunda crise do capitalismo trouxe a ideologia neoliberal (BRANCO, 2009).

O seu texto de origem é o livro *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Com ele, Hayek propunha a ideia de que qualquer intervenção estatal no mercado era motivo de destruição da prosperidade. Em outras palavras, resultaria em uma falta de liberdade política e econômica, o que destruía a vitalidade da concorrência. Trata-se de uma doutrina contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado (BRANCO, 2009).

Assim, Anderson (1995, p. 9), cita como Hayek descreve as ideias neoliberais: “Apesar de suas boas intenções, a social democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna.” No mesmo texto, Anderson descreve que Hayek propunha que as raízes da crise econômica de 1973 estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista, com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse os gastos sociais. Assim, Hayek pretendia combater o keynesianismo³ e o solidarismo, formulando um novo tipo de capitalismo.

² O Estado de Bem Estar Social, ou Welfare State desenvolveu-se após a doutrina liberal. Esse modelo estatal admitia a intervenção do Estado na economia, fortaleceu e expandiu o setor público e implantou e geriu sistemas de proteção social. Por essa perspectiva, política social e Welfare State seriam sinônimos, porém o Welfare State tem uma conotação histórica específica, é um fenômeno do século XX, que passou a vigorar após a Segunda Guerra Mundial. A política social não, esta está presente em outros momentos históricos (PEREIRA, 2011).

³ Doutrina que propunha a intervenção estatal na economia com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego.

O neoliberalismo propõe a não intervenção do Estado na economia, admite as privatizações das empresas estatais, a redução dos gastos com políticas sociais (Educação, Saúde, Previdência Social) e obras públicas, combate ao poder dos sindicatos e controle monetário. A ideia de aumentar o fluxo de mercadorias, capitais e informações, dentro da era da globalização, dá espaço para o crescimento da concepção neoliberal (ANDERSON, 1995).

Para remediar a crise, os autores das ideias neoliberais propunham a construção de um Estado mínimo, baseado no controle monetário e sindical. Os gastos com o bem estar social deveriam cessar e promover uma onda de desemprego, que objetivasse enfraquecer os movimentos sindicais. Em resumo, o objetivo da política monetária era conter a inflação, recuperando e aumentando os lucros (ANDERSON, 1995).

Nesse sentido, o Estado restringe sua responsabilidade social e repassa às empresas privadas e ao mercado suas atribuições. Os defensores do neoliberalismo acreditam que a economia do Estado de Bem Estar social ficaria mais competitiva, proporcionando desenvolvimento tecnológico e que a igualdade destruía a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos (ANDERSON, 1995).

Os resultados do neoliberalismo nos países pobres e em desenvolvimento foi o desemprego, o aumento das diferenças sociais e a dependência do capital internacional. De acordo com essa doutrina, os indivíduos tem mais importância do que o Estado, uma vez que essa concepção promove a competição entre as pessoas e a não intervenção estatal no mercado. Dessa forma, o Estado nacional fica entregue ao mercado especulativo e às multinacionais, conforme pode-se observar:

Nesse plano, porém, o mais significativo é o fato de o capitalismo contemporâneo ter transformado o desemprego maciço em fenômeno permanente – se, nos seus estágios anteriores, o desemprego oscilava entre “taxas aceitáveis” e taxas muito altas, agora todas as indicações asseguram que a crescente enormidade do exército industrial de reserva torna-se irreversível. Nem mesmo os ideólogos da burguesia escamoteiam esse fenômeno – tratam de naturalizá-lo, como se não houvesse outra alternativa que a de conviver com ele (NETTO, BRAZ, 2007, p. 220).

No decorrer das décadas de 70 e 80 ganham o mundo as ideias neoliberais, com início na Inglaterra, com ascensão de Margareth Thatcher, seguindo-se a presidência dos Estados Unidos com Ronald Reagan e a eleição de Helmut Kohl para premier na Alemanha. A expansão ideológica do neoliberalismo acarretou formalmente a queda do *Estado de Bem Estar Social* (ANDERSON, 1995).

Em 1991, o capitalismo entra em outro ciclo recessivo. A dívida pública dos países europeus era alta, assim como o endividamento privado das famílias e empresas. Nesse ponto, era de se esperar uma revolta contra o neoliberalismo, o que não aconteceu. Em 1992, na Inglaterra, a vitória de John Major nas eleições representou a vitória neoliberal. Na Suécia, que havia resistido às ondas neoliberais com um governo euro-social, triunfou a vitória da direita liberal. A Itália e a Alemanha apresentam-se como países neoliberais, com os governos de Berlusconi e Kohl, respectivamente (ANDERSON, 1995).

Como a oposição é incapaz de construir outra ideologia que se apresentem no lugar do neoliberalismo, as ideias neoliberais continuam em expansão (SADER, 1995).

O neoliberalismo apresentou um êxito ideológico forte nos países latinoamericanos. Experimentaram esse cenário a Argentina, o Chile e a Bolívia. Também nesses países, o sucesso ideológico é maior do que o sucesso econômico (NETTO, 1995).

O último país da América Latina que adotou as ideias neoliberais foi o Brasil. De acordo com Filgueiras (2006), os diversos interesses das classes eram representados pelo Modelo de Substituição de Importações (MSI). O autor também aponta como causa a movimentação operária nos anos 80 expressa pela criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), incluindo as greves ocorridas entre 1983 e 1989.

No período da crise de 1980, a classe dominante tentava redefinir o MSI. O MSI ainda permitia a intervenção do Estado na economia. A ideia era desenhar um

modelo subordinado ao sistema financeiro. Com o fracasso do Plano Cruzado e do MSI, o momento tornou-se propício ao fortalecimento do neoliberalismo.

Apesar das iniciativas no Governo de Sarney, mais especificamente, foi a partir do governo de Fernando Collor de Mello que o projeto neoliberal ganhou espaço para o crescimento no Brasil. A eleição de Collor de Mello deu-se em um período de instabilidade econômica, terreno propício para o surgimento do *neoliberalismo à brasileira* (OLIVEIRA, 1995).

Para Filgueiras (2006), a fase do Governo Collor representa a ruptura com o MSI e a implantação das primeiras ações neoliberais. Nesse governo, a abertura comercial financeira provocou uma reestruturação da produção e, conseqüentemente, aumentou as taxas de desemprego.

O projeto neoliberal ganhou reforço da classe média alta, ou seja, os *novos ricos*, pois esses não se beneficiavam com os gastos excessivos do Estado, não faziam uso de seus serviços e eram contra os privilégios do funcionalismo público. Nessa classe, o neoliberalismo também conseguia apoio para as privatizações (FILGUEIRAS, 2006).

Araújo (1998) observa que, só com a atração da classe média para a batalha da melhoria de serviços públicos, para que ela se torne beneficiária, pode contar com o seu apoio político contra o neoliberalismo. A rede pública só vai prestar quando a classe média puder usufruir dos seus serviços. Essa idéia é fundamental para consolidar *um projeto nacional com ampla base social*.

A ideologia neoliberal propõe a redução dos gastos sociais e a transferência desses recursos financeiros - que seriam utilizados com obras públicas e políticas sociais - para o pagamento dos juros da dívida pública. Em síntese, as políticas sociais devem ser restritas aos mais pobres dos pobres (FILGUEIRAS, 2006).

A decisão dos investidores de movimentar o capital privado para além das fronteiras pode ameaçar o orçamento social, os níveis de tributação e outras políticas de governo. (HELD e MCGREW, 2001). Isso produz, como consequência:

o esgotamento do padrão centrado na industrialização com desmonte do projeto nacional desenvolvimentista e opção por um projeto liberal-internacionalista. Principalmente a partir da década de 1990, verifica-se o alinhamento do Brasil ao movimento geral da globalização financeira; privatizações, desregulamentação das relações de trabalho, reforma da Previdência Social, estabilização da moeda, com a instituição do Plano Real em 1994. Ocorre o retorno do Brasil ao circuito financeiro internacional, enquanto receptor de recursos externos e abertura comercial (SILVA, YAZBEK, 2008, p. 11).

O governo passara a incentivar as importações e investimentos estrangeiros por meio de incentivo fiscais e privatizações. A abertura comercial foi fundamental para redefinir as relações de classes, entre trabalhadores e entre as diversas frações de capital (FILGUEIRAS, 2006).

Segue-se o neoliberalismo no Brasil com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), uma vez que as multinacionais aumentaram a sua participação na economia brasileira (OLIVEIRA, 1995). O governo de FHC representou uma fase de ampliação e consolidação neoliberal (FILGUEIRAS, 2006).

Dando prosseguimento à ideologia do neoliberalismo no Brasil, o governo de Luis Ignácio Lula da Silva (Lula), aperfeiçoa e ajusta o novo modelo, dando seguimento à política implantada por FHC para remediar a crise cambial de janeiro de 1999: o objetivo era reduzir a inflação por meio de juros elevados. Em adicional a essas medidas, implantou uma reforma da previdência dos servidores públicos e seguiu com reforma sindical e de leis trabalhistas. Deu sequência com uma série de privatizações e reforçou as políticas assistencialistas (FILGUEIRAS, 2006).

Pode-se dizer que o Brasil segue uma doutrina quase neoliberal, desde então. Uma particularidade do neoliberalismo no Brasil são as privatizações dos serviços públicos. Em diversas áreas, como a saúde, o peso do setor privado é expressivo.

Para Araújo (1998), o processo de inserção do Brasil no mercado mundial, representado pela participação do país nos blocos econômicos Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), vem contribuindo ainda mais para esse processo de privatizações, pois gera importantes modificações nas legislações trabalhistas e previdenciária, uma vez que as legislações precisam ser neutras para que as empresas sejam competitivas.

O modelo neoliberal redefiniu as relações de classes no Brasil. Essa ideologia expressou a fragilidade do Estado, além da subordinação da economia brasileira ao mercado internacional (FILGUEIRAS, 2006)

Araújo (1998) ressalta que a cultura brasileira leva o povo a pensar que os serviços oferecidos pelo governo são para gente pobre, o que favorece ainda mais a implantação da doutrina neoliberal no país, o que torna os serviços públicos cada vez mais precários.

O processo de implantação dessa ideologia no Brasil provocou alterações nas relações capital-trabalho; entre as distintas frações de capital; na inserção internacional do Brasil e no funcionamento do Estado. A principal alteração da relação capital-trabalho foi o enfraquecimento da classe trabalhadora, provocando altas taxas de desemprego. Junto com o desemprego observa-se uma mudança nas condições de trabalho, uma má distribuição de renda, com concentração da riqueza, com um aumento da quantidade de ricos e suas posses. (FILGUEIRAS, 2006). Mais da metade dos trabalhadores são informais e os que têm carteira assinada não têm garantia de emprego e qualidade de vida (ARAÚJO, 1998).

Em relação às frações do capital, assiste-se uma contínua abertura comercial. Essa abertura comercial faz com que as multinacionais passem a se integrar às redes corporativas nacionais, comandadas pelos países desenvolvidos. Surgem novas formas de articulação entre grande, médio e pequeno capital (FILGUEIRAS, 2006).

A abertura comercial levou, junto com a queda das alíquotas das importações e da desregulamentação financeira, à inserção do Brasil no mercado mundial, o que

acarretou o aumento de saldos negativos na balança comercial. Esses saldos foram compensados com privatizações, a entrada de multinacionais no Brasil e pelos fluxos internacionais de capitais.

No Brasil, verifica-se a expansão dos setores de telemarketing, as terceirizações, trabalhadores em turismo, hotelaria etc., todos inseridos dentro da lógica de acumulação capitalista. O novo modelo de produção provoca grandes impactos na vida dos trabalhadores, pois intensifica a exploração do trabalho e muitos trabalhadores acabam no mercado informal.

No cenário atual, o Brasil se enquadra como exportador de produtos agrícolas e produtos industriais de baixo valor industrial. No que diz respeito ao Estado, o neoliberalismo provocou uma redução na sua capacidade de regular o sistema econômico, além do crescimento acelerado da dívida pública (FILGUEIRAS, 2006).

A inviabilidade do Estado em algumas áreas, em particular, torna as políticas sociais assistencialistas e focalizadas, o que também as inviabiliza. Em síntese, verifica-se o triunfo social do sistema neoliberal. Política e ideologicamente, o neoliberalismo alcançou uma posição de hegemonia para a qual os pensadores neoliberais não estavam preparados. Porém, economicamente, o neoliberalismo não alcançou êxito (ANDERSON, 1995).

A adesão ao neoliberalismo deu origem às políticas sociais mais focalizadas, com atendimento aos grupos de maior vulnerabilidade. Em contrapartida, as políticas universais se reduzem, praticamente, às políticas de Educação e Segurança. Pode-se apontar, por exemplo, o caso da Saúde. Países como Estados Unidos, Inglaterra, Holanda, França e Nova Zelândia não estão realizando investimentos nessa área. Porém, não se pode falar no fim dos conceitos universais de políticas públicas, pois ainda existem programas de seguridade social nos países de bem estar social avançados da Europa. No caso do Brasil, a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 (CRFB) garante o acesso a serviços básicos.

1.1 O NEOLIBERALISMO E A GLOBALIZAÇÃO

O conceito de *globalização* passa a ser utilizado em meados dos anos 60 e início dos anos 70. Criava-se a idéia de que o mundo estava se transformando em um ambiente comum a todos, devido à rápida difusão de informação (HELD, MCGREW, 2001)

Held e McGrew (2001) afirmam que a globalização gera um espaço social comum, à medida que um ato praticado por um agente social de um lugar pode ter consequência significativa para *terceiros distantes*. Para os autores, a globalização também pode ser entendida como compreensão espaço-temporal, pois a comunicação instantânea vem ultrapassando os limites da distância e do tempo, como atesta a existência da Internet.

A globalização também pode ser vista como interdependência acelerada, ou seja, a interdependência entre economias e sociedades nacionais. Assim, um acontecimento em um país gera impacto no outro. Além desses, os autores também definem globalização como *um mundo em processo de encolhimento*, pois as atividades econômicas acontecem independentemente das barreiras geográficas. Portanto, não se deve reduzir a globalização a uma lógica predominantemente econômica, apesar de haver a tendência futura para a existência de uma única economia global.

Assim, estados e sociedades ficam cada vez mais entrelaçados aos sistemas mundiais. A existência de novas formas de comunicação transforma o espaço físico e as relações sociais e altera a vida política e social.

Porém, mesmo que se construa uma sociedade comum, essa sociedade não é harmoniosa. Para os autores Held e McGrew (2001, p. 13) essa interligação pode gerar “políticas reacionárias e uma xenofobia arraigada.” Além disso, a desigualdade gerada pela globalização garante que ela está longe de ser um processo uniformemente experimentado por todas as sociedades no mundo.

O processo de globalização, como o próprio nome sugere, refere-se a acontecimentos e efeitos globais ou mundiais que se expressam por meio de representações simbólicas, de fabulações, de processos tecnológicos da informação, da integração de mercados, embora, em muitos casos, desigual e combinada ou dos fluxos econômicos (LEME *apud* SANTOS, 1998, p. 171).

A globalização impôs mudanças radicais no mercado mundial, criou uma economia transnacional que liga localidades distantes e intensificou as relações sociais em escala global. Em síntese, dentro dos ideais capitalistas, a globalização e o neoliberalismo representam duas formas importantes de progresso. Segundo Ramos (2005), a tentativa de impedir qualquer uma das partes ocasionaria um retrocesso comercial o que leva ao autor considera que

a forma neoliberal da globalização, por sua vez, pode ser vista como um projeto contínuo de um grupo particular das forças sociais dominantes que busca institucionalizar seu poder nas estruturas históricas que facilitariam, por sua vez, a expansão global do capitalismo. (RAMOS, 2005, p.113)

Para Held e McGrew (2001), a história dessa nova ordem mundial segue a tendência da lógica capitalista. O capital, para manter seus lucros, precisa explorar constantemente novos mercados. As potências capitalistas dividem e redividem o mundo, pois para sobreviver elas tem que ampliar seus mercados. Essa nova ordem mundial é descrita por muitos marxistas como um novo imperialismo ocidental guiado pelas necessidades do capital financeiro (HELD e MCGREW *apud* RAMOS, 2005).

Então, a economia global é uma economia capitalista, pois se organiza visando lucro e de acordo com os princípios do mercado. O que diferencia a atual economia capitalista é a sua época histórica. Vivencia-se a época do capitalismo pós-industrial. Atualmente, em um ambiente protagonizado pela Internet, o capital se expande além das fronteiras territoriais, e a economia interna dos países é forçada a se adaptar às condições competitivas das nações.

A globalização se dissemina no neoliberalismo. Na era da globalização neoliberal admitem-se privatizações, concessões, investimento em infraestrutura, isenções fiscais etc. A globalização apresenta um impulso para as questões neoliberais e,

embora tenha se originado nas questões financeiras e comerciais, reflete no cenário político e social. Com o processo de globalização surgem novas organizações e práticas sociais (RAMOS, 2005). Para o autor, a tendência neoliberal se enquadra a globalização da seguinte forma:

Assim, de uma perspectiva neoliberal, a globalização é um processo economicamente dirigido que deveria seguir os princípios da propriedade privada e das forças de mercado desreguladas. A regulação deveria existir somente com a função de facilitar e proteger a propriedade privada e a livre operação do mecanismo de oferta e demanda entre produtores e consumidores. Outras regras e instituições econômicas são consideradas, assim, interferências políticas que minam a eficiência do mercado e deveriam ser reduzidas ao mínimo. Com a combinação de privatização, liberalização e desregulação, a globalização deveria maximizar a prosperidade, a liberdade, a democracia e a paz a toda humanidade (RAMOS, 2005, p. 113).

O conceito de globalização, então, desempenha a função de justificar e legitimar o processo neoliberal, ou seja, justifica a criação de um livre mercado e a consolidação do capitalismo.

Em linhas gerais, de acordo com Leme (2005), essas transformações da sociedade provocadas pela globalização exigem um novo posicionamento do Estado, seja na capacidade de articulação com o Legislativo ou, principalmente, na capacidade de dar respostas às novas demandas sociais. Nesse ambiente, muitas atividades e responsabilidades estatais não podem ser resolvidas apenas pelo Estado, necessitam da colaboração de outras instituições (como é o caso de ações de saúde, defesa, administração econômica e segurança).

Assim, o papel do Estado é questionado, uma vez que as sociedades estão inseridas em um contexto internacional. Elas criam uma interdependência global e os Estados não conseguem oferecer serviços sem a cooperação internacional. Os Estados não têm alternativas senão adaptar-se à globalização, pois os mercados globais escapam efetivamente à regulamentação política. Porém, a globalização ao criar novos padrões de comunicação e informação, consegue ligar determinados grupos culturais e políticos, transformando as relações políticas com o Estado.

Ou seja, o papel do Estado, como protetor e representante da sociedade, está em declínio. Os tipos de direitos e oportunidades que os Estados-nação podem produzir são limitados pela economia global. Assim, o Estado reorganiza suas atividades, sendo de primordial importância o seu papel na confecção de políticas de proteção social. Essas políticas de proteção social tem o objetivo de proteger os mais pobres e vulneráveis dos efeitos da globalização e economia.

Vários autores apontam que a globalização também gerou uma nova divisão do trabalho, justificada pela atividade das multinacionais. As multinacionais abrangem todos os setores da economia global, matérias-primas, finanças, indústrias etc. e, assim, promovem a reordenação da atividade econômica, dentro e através das principais regiões econômicas do mundo. Isso está desenvolvido por autores como HELD e MCGREW (2001).

A nova divisão de trabalho implica em um novo padrão de riqueza e desigualdade. Essa reestruturação atinge os países de ambos os hemisférios. Observa-se a acumulação de lucro para algumas comunidades e locais particulares, enquanto o restante sobrevive com pouco. Isso traz uma configuração de um mundo unificado para as elites. No que concerne às relações de poder, essas estão profundamente inscritas no processo de globalização.

Assim, a década de 1980 foi marcada por mudanças ocorridas na economia, principalmente pelo aumento da taxa de desemprego, o que aumentou a desigualdade social no país. Essa mudança estrutural mostra a relação entre desemprego, precarização do trabalho e acumulação. A acumulação, por sua vez, produz uma nova sociabilidade, vulnerabilizando o papel do Estado na economia e reduzindo seu papel de protetor social. Os setores de telemarketing, ocorre proliferação do *empreendedorismo*, *corporativismo* e *trabalho voluntário*, precarização do trabalho e rebaixamento salarial (SILVA, YAZBEK, 2008).

Assim, existem autores que acreditam que as desigualdades sociais criam condições para um mundo mais instável. Held e McGrew (2001) enfatizam que, na visão neoliberal, a solução para as desigualdades será encontrada na adoção de

uma política voltada ao capital e à competição global, buscando uma integração mais estreita da economia mundial. Nesse contexto, a desigualdade e a pobreza extrema são vistas apenas como estados transicionais, que vão desaparecer com a modernização global conduzida pelo mercado.

Ramos (2005, p. 32) ressalta, ainda, a importância de identificar a diferença entre globalização e neoliberalismo. Para o autor, “enquanto o primeiro diz respeito a uma reconfiguração do espaço social, o segundo concerne a uma abordagem política específica com relação ao primeiro”.

A globalização pode criar um mundo descontrolado, e acabar pronunciando o fim do Bem Estar Social; outros, menos dramáticos, apontam apenas para um Estado de Bem Estar Social mais controlado. Faz-se necessário um novo pacto social democrata que crie uma ordem mundial mais justa e humana. Essa internacionalização do capital cria um mundo com mais desigualdades, no qual a pobreza extrema é a realidade de muitos povos.

Em síntese, a globalização trata-se de um processo que, economicamente dirigido, por um lado, promoveu o fluxo de informações, capitais e mercadoria e, por outro lado, a exclusão de muitos ao contribuir para o aumento das desigualdades sociais e do desemprego, principalmente nos países em subdesenvolvimento (como é o caso do Brasil). Para o neoliberalismo, essas desigualdades serão resolvidas com o tempo e são de ordem natural. Contudo, ainda se vê um cenário de diferenças entre classes, países, sexo e raças. (HELD E MCGREW, 2001)

A persistência dessas desigualdades coloca o Brasil frente a novos desafios para a formulação e implantação de políticas públicas. Apesar do avanço nos programas de transferência de renda para as famílias pobres, os quais tiveram impacto na diminuição da pobreza, ainda existe concentração de riqueza no país. As maiores dificuldades da área social estão relacionadas a esse problema. (HELD E MCGREW, 2001)

Na realidade de desigualdades, o Brasil vivencia um momento especial. Atualmente, a população jovem representa parte significativa da população brasileira e apresenta necessidades que devem ser acolhidas. O discurso sobre juventude, no contexto das políticas públicas, é trabalhado recentemente no Brasil (HELD E MCGREW, 2001). No decorrer desse trabalho será discutido o caminho percorrido por esse discurso até os dias atuais.

Os jovens que conseguem entrar no mercado de trabalho são expostos a cargos inferiores, com salários baixos e longas jornadas de trabalho, o que significa precarização do trabalho juvenil e maiores chances de exposição ao desemprego.

Na conjuntura neoliberal, surgem grupos de oposição que são a favor e lutam pela formação de novas políticas assistenciais oferecidas pelo Estado. Em suma, as preocupações com os efeitos negativos da globalização geram a necessidade de mudanças nas políticas que guiam esse processo. Políticas que visem a superação do neoliberalismo.

Para Lopes *et al* (2008), a partir dessa realidade, julgam necessário a construção de estratégias de ação que promovam os direitos e a participação decorrentes da cidadania de grupos sociais específicos, entre esses grupos, os jovens pobres e adolescentes. Castell (apud LOPES *et al*, 2008) definem, ainda, que é necessário fortalecer as redes sociais de suporte.

O presente trabalho trata, especificamente, das políticas públicas voltadas para atender à população jovem no Brasil.

1.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL RECENTE

O fenômeno das políticas públicas, de acordo com o pensamento jurídico, emerge de forma mais consistente associado à concretização dos direitos sociais no início do século XX, fato que passou a exigir maior atuação do Estado, pois até então mantinha-se distante dessa preocupação (BUCCI, 2006).

A política pública, ao mesmo tempo em que é alvo de disputa entre os diversos segmentos sociais, também é limitada pela própria condição classista da sociedade. Para Navarro e Soares (2008), esse fato está ligado aos diversos tipos de opressões - não só as econômicas -, mas também às muitas outras dimensões que embasam a sociedade capitalista e que cerceiam as diversas formas de liberdade dos diversos grupos e segmentos sociais.

A organização de tais grupos, como destacam Navarro e Soares (2008), de acordo com Azevedo (2001), por um lado dinamiza o próprio direcionamento das políticas públicas e, por outro, apontam o desafio de diálogo dos diversos oprimidos em busca de diversas emancipações.

Cada sociedade apresenta um ordenamento jurídico referente às políticas públicas, fazendo com que as leis tenham validade sobre determinada ordem social. A compreensão da ordem jurídica para Aith (*apud* BUTH, 2006) consiste em uma forma fundamental para compreender tanto as finalidades e a execução das políticas públicas como o controle social sobre as mesmas. Para o autor, considera-se política pública todas as atividades estatais de formulação, planejamento, execução, acompanhamento e financiamento de “ações voltadas à consolidação do Estado Democrático de Direito e a promoção e proteção dos direitos humanos.” (AITH *apud* BUTH, 2006, p. 232).

Léon (*apud* FREITAS, PAPA, 2008) de acordo com Rua (1998) define políticas públicas como:

Conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. Essas decisões e ações envolvem a atividade política

compreendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à solução pacífica de conflitos relacionados com bens públicos (LÉON *apud* FREITAS, PAPA, 2008, p. 11).

Sposito (2008) de acordo com Rua (1998) define políticas públicas como um conjunto de decisões e ações destinado à resolução de problemas políticos. Assim, parafraseando Rua, contrapõe a ideia de *problemas políticos a estados de coisas*. Para que uma demanda social passe a ser considerada uma política pública, ela deve abandonar o *estado de coisas* e ocupar a agenda pública. As fases seguintes do processo seriam a implementação e a avaliação.

Léon (2008) explica que para uma demanda social sair do *estado de coisas* é preciso que mobilize uma ação política de grandes ou pequenos grupos ou de atores individuais estrategicamente situados, constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe e constitua uma ação de oportunidade para atores relevantes. Assim, as demandas sociais ocupariam lugar na agenda pública.

Castro (2008, p. 15) parafraseando Bruno Jobert e Pierre Muller (1987), conclui que política pública “é o Estado em ação”, mas alerta, explicando que nem toda política pública é estatal, mas sim que uma política é pública quando o Estado aparece como agente importante.

Apropriando-se da classificação do autor, apresenta-se a comparação entre as políticas públicas de Estado e de governo, que se segue. Assim, todas as políticas públicas estariam sujeitas às regras definidas pelo ordenamento jurídico, sendo elas de governo ou de Estado. A política pública pressupõe um sujeito ativo que é o titular prioritário para sua elaboração, planejamento, execução e financiamento. Esse sujeito ativo é o Estado, que atua através da Administração Direta ou Indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou fundações) na elaboração e planejamento das mesmas.

As políticas públicas se realizariam através de instrumentos normativos elaborados, planejados e financiados por meio de regras de reconhecimento traçadas na Constituição, para que se exerça um controle jurídico sobre os mesmos. Assim, os

governos (federal, estaduais e municipais) implantariam as políticas públicas de forma autônoma, ou por meio de parcerias com outros governos e com a sociedade civil (Parcerias Público-Privadas - PPPs).

Nesse sentido, as políticas públicas são divididas em políticas de Estado e políticas de governo, classificadas cada uma delas de acordo com seus objetivos. A política pública de Estado teria em vista a consolidação institucional da organização política do Estado Democrático de Direito, assim como a garantia da soberania nacional e da ordem pública. Já as políticas de governo são aquelas políticas pontuais, voltadas à promoção e proteção de direitos sociais, dentro do interesse de uma pauta política do grupo no poder. Nesse sentido, são dotadas de maior flexibilização e especificidade.

As políticas de governo têm como objetivos “aumentar a eficácia e a efetividade das ações de promoção e proteção dos direitos humanos, através da estrutura estatal já existente e utilizando-se dos mecanismos democráticos já existentes.” (AITH, 2006, p. 233).

As políticas de Estado também devem ser realizadas pelos governos e estas não são passíveis de serem delegadas, nem tampouco pode haver quebra de continuidade. Já as políticas de governo podem variar de governo para governo, podendo sua execução ser delegada ou terceirizada. As políticas de governo podem ser determinadas a partir de lei ordinária ou atos normativos infralegais, mas as políticas de Estado geralmente são previstas pela Constituição.

Para Cury (2009), o principal desafio está em transformar a política da juventude em uma política de Estado, para que, assim, ela não se submeta à sensibilidade dos governantes para o tema. Independente de quem esteja governando, é necessário que o tema juventude esteja presente na agenda política.

Por sua vez, Léon (*apud* FREITAS, PAPA, 2008, p. 18), de acordo com Ortiz e Salamanca (2000), ao pensar em uma política dirigida aos jovens, assinala que esta “deve satisfazer três funções básicas: identificar, priorizar e recomendar as ações e

programas sociais para satisfazer as demandas e necessidades da população jovem.” Assim, Léon (2008) de acordo com Balardine (1999) define política pública de juventude, no sentido estrito, como:

Política de juventude é toda ação orientada tanto à conquista e realização de valores e objetivos sociais referentes ao período vital juvenil, como também aquelas ações orientadas no sentido de influir nos processos de socialização envolvidos. Trata-se tanto de políticas reparatórias ou compensatórias, de promoção e orientadas ao desenvolvimento e/ou à construção da cidadania. (LÉON *apud* BALARDINE 1999, p. 25-26).

Portanto, as políticas públicas de juventude procuram gerar condições para que o jovem se promova como jovem, se enxergue como sujeito de direito e pratique cidadania. Teoricamente, uma política pública deve promover o bem estar social. Na vivência, quase todas estão ligadas a interesses específicos, mesmo quando realizam o bem comum.

Diversos autores concordam que as políticas públicas começam no período da Era Vargas no período de 1930. Antes disso, havia programas assistenciais para grupos específicos como bancário, ferroviários etc. Vargas dá origem a um conjunto de ações nas áreas de Saúde, Educação profissional, Habitação, Trabalho e Emprego.

No período da Ditadura Militar, em 1964, mantiveram-se as medidas do governo Vargas, com algumas mudanças. Porém, apesar dos esforços do Estado, até final dos anos de 1970, as políticas sociais não eram suficientes para atender às demandas da população. Mesmo os programas mais universais pouco contribuíram para atender às necessidades da sociedade brasileira. Durante o período militar, o Banco Nacional de Habitação (BNH) financiou a política habitacional. O banco assumiu funções que deveriam ser comandadas por um órgão público.

No governo militar, apesar do modelo privatista, há duas exceções que merecem ser destacadas: o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

A Constituição da República Federativa brasileira de 1988 (CRFB) representa um avanço significativo no campo dos direitos e do padrão de proteção social. A nova

Carta relata sobre a responsabilidade pública na regulação, produção e operação de políticas públicas. A assistência social passa a ser tratada como um direito da população, independente de qualquer tipo de contribuição.

O Relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (2006) ressalta a importância da participação social no processo de formulação de uma política pública. A pesquisa do BID identificou que o processo pelo qual as políticas são formuladas, discutidas, aprovadas e executadas produzem um impacto significativamente diferenciado em sua constituição. Políticas que se originam de processos participativos, cujos países possuem capacidade de proporcionar um ambiente estável para sua continuidade, podem dar origem a políticas mais estáveis, adotadas em favor do interesse público. Tais políticas podem ser modificadas quando necessário e executadas com eficácia.

Nesse sentido, Avritzer e Silva (2009) identificam, nos processos de articulação entre Estado e Sociedade, mediados pelas políticas públicas recentes no Brasil, um grande avanço. Para os autores, políticas dessa natureza foram adotadas com o início do governo Lula, onde várias ações foram realizadas para aumentar a participação da sociedade civil no governo federal.

As principais foram: a coordenação da relação entre governo e sociedade civil na Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), o fortalecimento de Conselhos Nacionais (CNs) já existentes como os de Saúde, Assistência Social, Criança e Adolescente e do Meio Ambiente, o fortalecimento das prerrogativas desses conselhos no controle de fundos e recursos públicos; a organização de Conferências Nacionais em praticamente todas as áreas das políticas públicas e, por fim, o estabelecimento de um conjunto de formas mais diretas de negociação entre o governo e a sociedade civil, por meio dos movimentos sociais.

Nesse sentido, acompanhando Lambertucci pode-se observar que o

(...) governo do presidente Lula adotou, na gestão pública, o diálogo social com as entidades da sociedade civil e o fortalecimento e consolidação dos espaços de participação social como forma de elaboração, aperfeiçoamento

e acompanhamento das políticas públicas, sempre reconhecendo a importância das entidades da sociedade civil e respeitando sua representatividade e autonomia. A participação social no Governo Lula é uma necessidade e assume papel central porque amplia e fortalece a democracia, contribui para a cultura da paz, do diálogo e da coesão social e é a espinha dorsal do desenvolvimento social, da equidade e da justiça (LAMBERTUCCI, 2009, p. 71).

Por hora, pode-se concluir que ainda falta ser realizado um processo de aprofundamento e maturação dos processos de políticas públicas, para que essas possam envolver a população de forma universal, igualitária e equânime. As políticas públicas para a juventude são consideradas complexas não só pelo jovem, em si, mas devido a sua trajetória.

2 A JUVENTUDE COMO QUESTÃO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

No Relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2004), os autores chamam a atenção para a relação que o processo industrial tem com o conceito juventude. Eles acreditam que, devido ao advento da industrialização, os jovens passaram a ser referenciados por seu lugar no mundo do trabalho. Para os autores, o surgimento da sociedade do trabalho no século XVI impõe uma condição nova, segundo a qual o jovem passa a possuir condições materiais para trabalhar e manter uma família, idéia que se dissemina ao longo do século XVII com a expansão industrial.

Assim, a sociedade entra em outro momento e as mudanças que vem ocorrendo causam mudanças na vida dos jovens, pois afetam a sociedade em que vivem. Os jovens passam por mudanças drásticas na maneira de pensar, sentir e agir, o que tem parte de sua explicação em uma mudança da civilização. Os jovens atuam sobre essas mudanças, produzindo a sua própria cultura.

Entretanto, é no século XX que a juventude passa a se constituir em um território próprio, paralelo ao mundo dos adultos nas escolas, nas comunidades, nos bares, nas discotecas e nas praças. A juventude, com as características atuais, se põe a forjar uma *subcultura juvenil*, demarcando-se com vestimentas próprias e distintas, com ritmos musicais e culturais diferenciados, a criticar e a reagir contra o estabelecido (UNESCO *apud* CORDIOLLI, 1993).

As formas e as consequências desse processo vão se manifestar diferentemente, de acordo com os diversos contextos sociais nos quais estes grupos estão inseridos, ao longo do século (UNESCO, 2004).

Antes, a juventude era considerada uma fase de transição, era caracterizada como uma etapa entre infância e vida adulta. A juventude era um período de privações. O melhor estava por vir no mundo dos adultos, especialmente no plano econômico, político e sexual. Logo, o jovem era aquele que desconhece o percurso da vida e

necessita de uma orientação adulta. E o adulto sabe o que deve ser feito e como fazê-lo. Assim, o adulto pode se impor e o jovem deve submeter-se. Atualmente, os jovens, inclusive os de meio rural, tem criado uma identidade própria, se convertendo em um segmento social. A juventude constrói uma autonomia individual.

Na sociedade atual, para Augusto (2005), a sociedade atual perdeu, um pouco, o seu *poder de sedução*, e o envelhecimento postergado transformou o jovem em modelo cultural do presente. As pessoas, atualmente, desejam conservar os atributos da juventude, permanecer jovens. Entretanto, isso depende do significado que é atribuído ao adulto. Se for atribuído o significado de velho, *acabado*, essa é a ideia que permanece de juventude. Mas o autor ainda lembra que é necessário observar que viver no presente pressupõe certa orientação para o futuro.

Abad (*apud* FREITAS, 2008) apresenta algumas causas para esse processo de conversão: a) o aparecimento de novos tipos de família, que reformula o papel dos pais e, também, do próprio jovem. Hoje, as relações familiares não se estabelecem a partir de um grau de autoridade paternal, mas de troca, tolerância, negociação. O próprio jovem se vê obrigado a trabalhar para ajudar à família, o que lhe confere outro papel; b) atualmente, o jovem já não tem esperanças para ascensão social simplesmente por cursar o ensino superior; c) o jovem não se encontra acomodado nos velhos formatos institucionais e necessita de políticas e contratos sociais e reformas legislativas para que se reconheçam suas necessidades e a nova condição juvenil; d) a nova realidade da globalização, que impõe um desajuste nos valores e crenças tradicionais; e) a infância que desapareceu devido à adolescência aparecer muito cedo e a juventude se prolongar; f) a valorização da cultura do emprego e salário. O jovem se vê forçado a seguir um trânsito linear entre família-escola-emprego, imposto pela nova sociedade industrial global. Na prática, essa trajetória não é tão linear e é muito mais prolongada, indeterminada e descontínua; g) a nova era global forma uma nova cultura juvenil, formando tribos e aldeias, de características heterogêneas e inconstantes, devido, principalmente, à forte influência dos meios de comunicação.

Outro dado importante é que, atualmente, vive-se em um mundo de adaptação devido às mudanças provocadas pela globalização. Assim, os agentes de socialização (família, mercado de trabalho, escola, Estado, sistemas políticos, entre outros) estão em constante mudança. Surgem alguns desajustes nos papéis anteriormente cumpridos por esses agentes socializadores.

É nessa nova categoria juvenil que a juventude vive de uma forma distinta do que foi visto nas gerações anteriores. Na realidade, a juventude assume uma condição diferente, de acordo com a conjuntura que a cerca. Pode-se encontrar jovens ligados a movimentos estudantis (*impeachment*, por exemplo), movimentos culturais (*pop*, *hip hop*, *skates*).

O conceito de juventude passa a variar de acordo com a ciência, o gênero, a localidade geográfica, a raça e a classe social. Nesse sentido, Abad (*apud* FREITAS, 2008) identifica dois fatores decisivos para a construção de uma política pública para a juventude: o reconhecimento de uma identidade diferenciada para o jovem e a consideração da existência de diversidades entre juventudes.

Parafraseando Augusto (2005), vimos que a juventude se trata de uma fase da vida, que deve ser considerada como uma força social renovadora e, também, muito além do que apenas uma etapa cronológica. Os jovens constituem um estilo próprio de existência e de realização do destino pessoal. Para o autor, a mesma sociedade produz estilo de jovens diferentes, pois esses são originados de classes diferentes, inserem-se em posições distintas e, assim, criam hábitos diferentes e valores específicos de acordo com a sua inserção social. Nessa distribuição social, uns são mais privilegiados do que outros. Desse modo, fica claro que a juventude não é única e que ela compreende diversos grupos heterogêneos.

Assim, há aqueles jovens que conseguem se incluir e produzir dentro de uma lógica global. Os que não conseguem, ficam excluídos da sociedade, são desnecessários à lógica global. Na mesma ótica, quando a quantidade maior de *desnecessários* é composta de jovens, isso significa um risco à sustentabilidade da sociedade em seu conjunto.

Mas sentir-se incluído na sociedade significa sentir-se membro da sociedade em que vive, ser reconhecido, ser ouvido, poder realizar projetos. Quando os laços sociais se empobrecem, as outras vias deixam de funcionar, o jovem passa a se sentir fora da sociedade em que vive.

De acordo com Cassab *et al* (2006), as ações de políticas públicas ganham terreno no Brasil a partir de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Podem ser destacados dois motivos para a atenção a esse público: o aumento de jovens entre 15 e 24 anos na população brasileira e o agravamento da crise urbana, associando o aumento da violência com o aumento da urbanização. Além desses, observa-se mudanças no mercado de trabalho, onde cresce o aumento do desemprego e diminui a oferta de empregos formais e a seguridade a ele associada.

Os autores ressaltam, ainda, que o aumento da violência urbana está associado à falta de perspectiva do jovem diante do cenário econômico e social. Tal fato gera preocupação para governantes que começam a organizar políticas públicas voltadas a esse segmento. A falta de inserção no mundo do trabalho formal reforça a imagem do jovem ocioso e perigoso, associando-se conduta criminosa, tempo livre e a ideia de que a juventude se constitui em uma faixa etária naturalmente agressiva.

Segundo Léon (2008), se for feita uma revisão dos programas oferecidos aos jovens, publicamente, obter-se-á os seguintes momentos históricos:

Começando pelo modelo dos jovens, na sua incorporação à modernização da década de 1950, passando pelo modelo de controle social dos anos 60 e 70, o modelo do “jovem problema” dos anos 80, em seguida como modelo dos jovens como capital humano dos anos 1990, alguns lampejos do modelo de jovens como sujeitos de direito e atores estratégicos do desenvolvimento, centrado na promoção da cidadania juvenil e entendido como um paradigma discursivo a ser construído (LÉON, 2008, p. 82).

Nos anos 50, então, observa-se uma fase voltada para a educação, ao tempo livre do jovem. Nesse sentido, o jovem deveria se preparar para uma vida adulta produtiva, pois ele seria o *futuro da nação*, logo, responsável pelo progresso. Assim, a juventude, mais tarde, seria integrada à sociedade produtiva.

Nos anos 60, período das ditaduras militares, da revolução cubana, entre outros, o Estado volta-se para a relação entre juventude e segurança nacional. Esse período atingiu também os jovens de classe média com o movimento estudantil. Assim, esses grupos de estudantes, de jovens aliados à Igreja, se destacavam no enfrentamento contra o Estado.

No Brasil, as *Diretas Já* e o *Impeachment* foram movimentos em que os jovens tiveram papéis de destaque, com linguagem própria, mas não tiveram a liderança ou autoria intelectual dos movimentos. Porém, houve sempre certa tendência, pelos setores conservadores, em acreditar que os movimentos causados pelos jovens eram *badernas*, ou que os jovens eram radicais transgressores. A partir dos anos 80, houve uma queda na participação da juventude na esfera política, mesmo as ações.

Nos anos 80, o controle estatal se expande para a atenção aos jovens marginalizados, ou grupos violentos. É comum a preocupação entre juventude e drogas, juventude e violência. O Estado tem a função de disciplinar essas relações, formulando políticas públicas para esse grupo.

A intenção destas políticas é ocupar o tempo livre desses jovens através de atividades de caráter normativo, em uma perspectiva de cidadania como processo civilizatório e de pacificação social para adequá-los a condutas sociais determinadas. Desse modo, o tema da criminalidade sempre está presente no debate das políticas públicas. Os jovens, principalmente se pobres ou negros, são sempre os sujeitos considerados perigosos.

Podem ser destacados, nessa perspectiva, 30 programas destinados a esse público, abrangendo diferentes ministérios, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que se somaram aos 3 (três) programas já existentes desde os anos de 1980 como o Programa de Saúde Adolescente do Ministério da Saúde (MS). Durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, foram criados mais seis programas: o Plano de Educação Profissional (PLANFOR) do Ministério do Trabalho

e a Capacitação Solidária e Alfabetização Solidária no âmbito da comunidade Solidária.

No segundo período do governo de Fernando Henrique foram criados mais 18 programas, com destaques para o Programa de Estudantes em Convênio de Graduação e para o Projeto Escola Jovem do Ministério da Educação, Jogos para a Juventude, Olimpíadas colegiais e o Projeto Navegar do Ministério de Esportes e Turismo, Serviço Civil Voluntário, Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei e Promoção dos Direitos das Mulheres Jovens Vulneráveis à Violência Sexual e à Exploração Sexual Comercial do Ministério da Justiça, Jovem Empreendedor do Ministério do Trabalho, Centro de Juventude e Agente Jovem do Desenvolvimento Social e Humano do Ministério da Assistência e Desenvolvimento Social, Prêmio Jovem Cientista e Prêmio Jovem Cientista do Futuro do Ministério da Ciência e Tecnologia e Rede Jovem - um empreendimento conjunto do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Conselho da Comunidade Solidária. Também foi aprovado o Brasil em Ação / Grupo Juventude do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Mas, segundo Sposito (2003), a quantidade de programas oferecidos pelo governo não demonstrou garantia de melhor atenção e qualidade de ação nas políticas de juventude. Na análise do grupo a que se destinavam, esses programas oferecidos por FHC apresentavam pontos fracos, médios e de forte intensidade: a) o foco dirigiu-se explicitamente a jovens e/ou adolescentes (18 programas); b) o foco foi difuso entre crianças e adolescentes (10 programas); c) o foco dirigiu-se à população jovem apenas de modo incidental (5 programas). Nesse caso, ficou equivocada a dimensão da faixa etária da juventude. A infância se alarga até os 14 anos e o jovem é designado como maior de 10 anos de idade. Assim, ainda existe, por parte do governo, uma falta de consenso ao definir programas específicos para a juventude.

Sposito e Carrano (2003) destacam limitações quanto à gestão dos programas governamentais e em relação à gestão das políticas públicas para a juventude, que são: fragmentação; competência interburocrática; descontinuidade administrativa;

ações com base na oferta das instituições (mais do que nas necessidades dos usuários) e a existência de uma grande divisão entre a formulação/decisão e a efetiva implementação.

Cury (2009) acredita que a transversalidade deve ser uma das principais características das políticas de juventude, uma vez que envolve os mais diversos temas; logo, exige um conjunto de ações e programas desenvolvidos por diversas áreas de governo.

Sposito (2008) coloca que grande parte dessas ações revelou a ausência de uma proposta clara por parte do governo federal para essa população, pois o jovem não é posto como sujeito ativo das ações e programas, ou seja, não é um parceiro relevante no desenho, implementação e avaliação dessas políticas.

Assim, Sposito e Carrano (2003) propõem que as políticas públicas para a juventude devem ser tratadas com o jovem. Se essas são para os jovens, é com base neles que devem ser construídas. Deve ser estimulado o protagonismo juvenil.

Léon (2008) coloca que as políticas públicas (para a juventude) deveriam seguir, pelo menos, alguns elementos centrais: a) partir de uma noção precisa do jovem, ou seja, do sujeito social a qual se destina; b) qual o marco ético e político ao qual se insere; c) identificar seus objetivos e os prazos em que pretende cumpri-los; d) identificar qual o grupo irão favorecer, dentro do conjunto social dos destinatários; e) estabelecer como os sujeitos irão participar do programa; f) considerar os recursos para a formulação das políticas; e g) conceber um plano de ação para operar os âmbitos contemplados.

Quando se trata de políticas públicas, é preciso analisar quais são os atores que as demandam, não só a partir dos recortes mais comuns em torno de sua origem de classe, ou do tipo de associação ou movimento dos quais são representantes, mas considerar, também, os recortes geracionais: seriam os próprios jovens mandatários dessas políticas, ou apenas o mundo dos adultos articulado nos campos das instituições? (SPOSITO, 2008).

Mas, como os grupos que formulam essas políticas recebem os sujeitos que delas dependem? Para Sposito (2008), é necessário tomar a juventude em seu plural.

Sposito *et al* (2006), de acordo com Abad (*apud* FREITAS, 2008), ressaltam a importância de distinguir a condição (modo como uma sociedade constitui e significa esse momento do ciclo de vida) e a situação juvenil, que traduz os diferentes percursos experimentados pela condição juvenil a partir dos mais diversos recortes: classe; gênero; etnia; origem rural ou urbana. Em seu primeiro eixo - o conjunto de concepções sobre juventude - estariam radicadas as orientações dominantes que alicerçam as práticas políticas.

Sposito (2003) revela que, se analisar a iniciativa federal em relação aos programas federais oferecidos aos jovens, observar-se-á uma baixa atividade de coordenação por parte do governo federal, no período de 1995-2002. Não houve um órgão federal que publicasse informações acerca das políticas de juventude. Assim, cabem questionamentos sobre a ausência de uma avaliação precisa sobre esses programas. O que foi divulgado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não foi suficiente para a percepção do conjunto das ações realizadas.

Cury (2009) observa a existência de uma questão problemática para a construção de uma política pública para o jovem, existente ainda na visão política dos governantes frente aos jovens. Isso ocorre pelo fato de, até pouco tempo, a juventude ter sido considerada, no Brasil, apenas como uma fase de transição da adolescência para a vida adulta.

O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECON), Lei nº 8.069/90, estabelece políticas para os segmentos restritos ao universo dos jovens com idade até dezoito anos. A partir dessa faixa etária, os jovens são considerados, automaticamente, como adultos, sem acesso diferenciado a políticas sociais, como aquelas voltadas para a Educação e Saúde, sem qualquer reconhecimento de suas especificidades.

Assim, o maior desafio, para Cury (2009), tem sido quebrar esse paradigma, com destaque para a importância da política pública como forma do exercício da democracia no país. Ou seja, para se consolidar uma democracia plenamente republicana no Brasil. De acordo com o Relatório da UNESCO (2004), pode-se observar que, na avaliação realizada um ano depois (em 2005), mostrou-se avanços no conhecimento entre os diferentes operadores da política, mas os resultados foram escassos em termos de impactos efetivos. Em todo o caso, o esforço mostrou sensibilidade em relação à significativa dispersão constatada em todas as avaliações conhecidas.

No Brasil, após a constituição Brasileira de 1988, com o ECIAD e com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CIDC), aprovada na Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 (ratificada pelo Brasil em 1990) é que se introduziu um novo olhar sobre esse segmento social, assim mesmo, considerando apenas a faixa etária até 18 anos.

Para Sposito *et al* (2006), as ações destinadas à faixa etária prevista pelo ECIAD promovem indiferença das etapas do ciclo de vida, porque reúne adolescentes e crianças em um mesmo grupo. Assim, as demandas e necessidades de uma criança de 9 anos são colocadas em programas que também atendem às demandas e necessidades de adolescentes de 17 anos. Para a autora, seria mais adequado reunir jovens e adolescentes do que crianças e adolescentes.

Para Lopes *et al* (2008), a temática da juventude no Brasil, dada a sua importância numérica enquanto grupo populacional no país, se tornou atual e suas demandas ganharam reconhecimento nas políticas públicas. Assim, o debate acerca da juventude e adolescência tornou-se essencial, pois a partir dele tornou-se possível estudar as suas formas de ser e estar, bem como compreender como a sociedade se organiza na atenção a essa fase da vida, especialmente como estão configurados os direitos e deveres deste segmento social e quais as ações sociais e políticas previstas.

Para a autora (2008), tem ocorrido no Brasil um grande número de projetos voltados para essa população, porém, com pouca articulação em rede. Entre serviços existentes e nas ações que se buscam efetivar, são poucas e voltadas para o nível territorial, atendendo minimamente às reais necessidades daquela população. A autora conclui que faz-se necessário o fortalecimento de ações que possibilitem a promoção dos direitos da criança, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade no Brasil.

Assim, o tema das políticas públicas para a juventude está sendo delineado. Destacam-se, entre algumas propostas do governo, os Conselhos de Juventude, tanto municipais como estaduais. E, também, a participação do jovem na formulação do Orçamento Participativo em alguns municípios (experiência iniciada em Porto Alegre na gestão do Partido dos Trabalhadores).

No entanto, Sposito (2003) lembra que a presença do jovem como gestor das políticas ainda não é suficiente para a formulação de políticas mais adequadas. Essa estratégia asseguraria o caráter plural e democrático de participação.

Verifica-se que as políticas públicas voltadas para o seguimento juvenil exprimem, ainda, a ideia de um jovem vulnerável, visto como problema social e, no entanto, as metas e objetivos fixados por essas políticas incidem em combater problemas como drogas, violência e desemprego. Também é comum a preocupação com a juventude e sua qualificação profissional.

Em síntese, a eficácia das políticas públicas depende do modo como elas são discutidas, aprovadas e executadas. Essas etapas dos processos de gestão são tão importantes quanto o seu conteúdo. As políticas públicas também devem ser inseridas em um contexto cultural, social, político e econômico que se aplica ao país para terem efetividade.

O jovem, seja pelo seu quantitativo, ao representar a população brasileira, tem o direito de ser considerado tanto em políticas universais, como em políticas específicas de juventude. Falta aprofundar os debates sobre as perspectivas dessas

políticas. Existem, no Brasil, programas isolados que não contemplam a diversidade dos beneficiados.

2.1 AS POLÍTICAS DO GOVERNO LULA PARA O JOVEM E O PROJovem

Em 2003, o governo Lula investiu em uma série de ações que desencadearam no aumento da participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas. Para Cury (2009):

O diálogo responsável e qualificado com vários segmentos sociais, entre eles os jovens, e a ampliação dos espaços republicanos e democráticos de negociação são, na concepção do atual governo, os meios de fortalecer o exercício pleno da democracia. Essa nova forma de governar, além de criar uma relação de corresponsabilidade entre Estado e sociedade, confere maior legitimidade às decisões e aos programas de governo federal, possibilitando que as propostas da sociedade civil acabem sendo incorporadas às políticas públicas e aos programas voltados para jovens (CURY, 2009, p. 95).

Na realidade da participação social, os jovens deixam de ser vistos apenas como um *princípio educativo* e passam a ser vistos como sujeitos de direitos. Essa noção de princípio educativo leva ao deslocamento do sentido sociopolítico (SPOSITO, SILVA, SOUZA, 2006).

Entre ações propostas por Lula, Avritzer e Silva (2009) destacam o fortalecimento de conselhos nacionais, a formação da instância de coordenação da relação entre governo e sociedade civil localizada na Secretaria Geral da Presidência da República, a organização das conferências nacionais em todas as áreas das políticas públicas e o estabelecimento de formas de negociação diretas entre o governo e sociedade civil, como mesas de negociação com o movimento sindical e o Movimento dos Sem Terra (MST).

Em 2004, foi criado um grupo interministerial coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, que foi responsável pelo levantamento dos principais programas federais voltados para a juventude e pela situação dos jovens no Brasil. A partir desse levantamento, o grupo apresentou propostas específicas para os

jovens e, em 2005, foram criados a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Em síntese, são nesses espaços que o governo federal mantém os diálogos com os jovens.

Em abril de 2008 foi realizada a I Conferência Nacional da Juventude, com o objetivo de multiplicar os espaços específicos da juventude em todas as esferas do país, tanto aquelas que foram quanto as que estão sendo instaladas. Isso demonstra que os jovens brasileiros estão colocados na pauta da agenda política brasileira e, claro, que eles têm interesse em participar da formulação de políticas públicas. Após a I Conferência Nacional da Juventude (CNIJ), foi lançado o Pacto pela Juventude, a fim de continuar com os debates ocorridos e registrados nas resoluções do evento.

Os dados da Conferência permitem enxergar que a juventude não é apática em relação à política, tanto pela quantidade de propostas apresentadas pelos jovens, quanto pela quantidade de participantes no evento.

Quadro 1 abaixo, foi criado a partir do Relatório da I Conferência Nacional da Juventude e mostra a quantidade de propostas criadas a partir da conferência, assim como os temas mais apresentados pelos jovens:

| Propostas | Conferências Livres | Conferências Estaduais e Nacional | Total | No. propostas sínteses |
|---|----------------------------|--|--------------|-------------------------------|
| Educação | 965 | 122 | 1087 | 19 |
| Trabalho | 428 | 78 | 506 | 18 |
| Cultura | 393 | 56 | 449 | 12 |
| Sexualidade | 303 | 41 | 344 | 6 |
| Participação Política | 272 | 30 | 302 | 33 |
| Meio Ambiente | 223 | 57 | 280 | 20 |
| Segurança e Direitos Humanos | 203 | 15 | 218 | 20 |
| Diversidade e Políticas alternativas | 160 | 46 | 206 | 16 |
| Tempo Livre, Esporte e Lazer | 169 | 25 | 194 | 32 |
| Cidades | 113 | 06 | 119 | 11 |
| Fortalecimento Institucional de Política da Juventude | 134 | 53 | 187 | 6 |
| Mídia, Comunicação e Tecnologia da Informação | 152 | 31 | 183 | 24 |
| Drogas | 120 | 27 | 147 | 9 |
| Família | 90 | 21 | 111 | 14 |
| Campo | 89 | 05 | 94 | 10 |
| Povos e Comunidades Tradicionais | 54 | 11 | 65 | 14 |

Quadro 1 – Participação da juventude na I Conferência Nacional.
Fonte: I Conferência Nacional da Juventude

No decorrer do governo Lula, vale ressaltar a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 42/2008, conhecida como Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da juventude. A PEC regulamenta a proteção dos direitos sociais, econômicos e culturais dos jovens. A aprovação da PEC encontra-se em tramitação no Senado Federal (SF) e, com ela, o jovem será finalmente integrado ao Capítulo que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição Federal.

Para Lopes (2008), essa PEC abre caminhos para a consolidação das políticas públicas da juventude, principalmente porque a PEC da juventude constitucionalizou o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Juventude, dois instrumentos indispensáveis no enquadramento das ações práticas da consolidação do pleito dos jovens do Brasil. Para Cury (2009), a PEC representa uma visão estratégica sobre a juventude, raramente vista como uma realidade presente.

Também merecem destaques o Projeto de Lei (PL) nº 73/99, que reserva 50% das vagas nas Universidades Federais para alunos de escolas públicas (que aguarda a aprovação do Senado); a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que regulamenta o estágio profissional e a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD). Além desses, a criação de programas como o Projovem e o Programa Universidade para Todos (PROUNI); o lançamento de projetos como a Praça da Juventude do Ministério do Esporte; a criação da Comissão Intersetorial para a agenda de trabalho decente para a juventude; o envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei de reconstrução da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE); no ano passado, a institucionalização do Programa Juventude e Meio Ambiente e as mudanças no *Sistema S*, com o aumento da gratuidade e do número de vagas em cursos técnicos destinados a alunos e trabalhadores de baixa renda em mais de 2,8 mil municípios entre outras iniciativas.

Cury (2009) ressalta que todas essas conquistas só foram possíveis devido ao diálogo da sociedade civil com o governo federal, o Parlamento, os governos estaduais e municipais. A participação popular foi uma das marcas do governo Lula e, para ele, essa forma de governar revela maior legitimidade para os programas e decisões do governo federal.

O Projovem foi lançado em 2 de fevereiro de 2005, pela Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005 e foi concebido em articulação com outros Programas tais como o PROUNI, o Escola de Fábrica e o Primeiro Emprego. A previsão era de incluir 200 mil jovens em 2005, por meio da realização de um curso de 12 meses que lhes permitiria a obtenção da certificação do Ensino Fundamental (EF), uma iniciação à formação profissional e o desenvolvimento de ação comunitária.

No ano de 2007, a partir dos esforços da Secretaria Nacional da Juventude, do Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome, da Educação e do Trabalho e Emprego, nasce o novo Projovem, constituído por 4 grandes modalidades, sendo regido pela Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008 (BRASIL, 2009).

O Projovem Integrado atua com 4 modalidades: Projovem adolescente; Projovem Urbano; Projovem Campo e Projovem Trabalhador. O Projovem Adolescente é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, sendo voltado para jovens de 15 a 17 anos componentes de famílias que recebem o auxílio do Programa Bolsa Família (PBF) e jovens vinculados ou egressos de programas e serviços da proteção social especial ou de medidas socioeducativas previstas no ECRID.

O Projovem Urbano está sobre responsabilidade da Secretaria Nacional da Juventude e combina a formação do Ensino Fundamental (EF) com iniciação profissional e práticas de cidadania, além da inclusão digital, sendo que o estudante deve ter frequência mínima de 75% das aulas e entregar os trabalhos escolares para receber o auxílio financeiro.

O Projovem Campo, que está sob responsabilidade do Ministério da Educação. Surgiu no programa Saberes da Terra e destina-se a jovens de 18 a 29 anos que trabalham em agricultura familiar. Oferece o Ensino Fundamental, em regimes alternados com ciclos agrícolas.

O Projovem Trabalhador pretende trabalhar o jovem para o mercado de trabalho, assim como para ocupações alternativas que gerem renda. Destina-se a jovens

desempregados, de 18 a 29 anos, com famílias com renda *per capita* de até meio Salário Mínimo (SM).

O Programa deveria estar aberto a jovens que:

A) moram nas periferias das grandes cidades, encontram-se excluídos da escola e do trabalho e entre outros; B) vivenciam uma experiência geracional inédita que os conecta a processos globais de comunicação e, ao mesmo tempo, a complexas realidades locais de inclusão; C) Apresentam especificidades quanto a linguagens, motivações, valores, comportamentos, modos de vida e, ainda, em relação ao trabalho, à escola, saúde, religião, violência e questão sexual; D) englobam trajetórias pessoais bastante diferenciadas entre si, marcadas pelos ditames da sociedade de consumo, por experiências de risco e por situações de violência, mas também por novas formas de engajamento social que possibilitem produzir elevação da auto-estima e redefinição de seus processos de identidade coletiva (BRASIL, 2005b, p. 12).

Tem como finalidade:

a) a elevação da escolaridade; b) a qualificação com certificação de formação e c) a realização de ações comunitárias. Espera ainda contribuir para: a) a reinserção do jovem na escola; b) capacitação dos jovens para o trabalho, experiências de ação comunitária; c) inclusão digital como inserção produtiva e de comunicação (BRASIL, 2005b, p. 13).

A execução e gestão do programa, em âmbito federal, implicam nos esforços da Secretaria Geral da Presidência da República, que o coordena, e os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. Propõe, ainda, que o programa terá validade pelo prazo de dois anos, devendo ser avaliado ao término do segundo ano. Essa avaliação assegura a qualidade do programa.

A implantação do Projovem, da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional da Juventude, representa um novo modelo de políticas públicas para a juventude, um modelo que acredita na singularidade, diversidade e vulnerabilidade desse segmento social.

À Secretaria Nacional da Juventude competem as seguintes responsabilidades:

a) formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude; b) articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para a implementação de políticas públicas para a juventude (BRASIL, 2005b, p. 6).

O Conselho Nacional da Juventude foi implantado com as seguintes finalidades:

1) assessorar a Secretaria Nacional da Juventude na formulação de diretrizes de ação governamental; 2) promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; e 3) assegurar que a Política Nacional da Juventude do Governo Lula seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã (BRASIL, 2005b, p. 6).

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a criar um Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). O CONJUVE é o primeiro conselho de juventude brasileiro e liga o Brasil a outros países, da América Latina e Europa, que vem exercendo ações no campo das políticas públicas para os jovens. Em face dessas metas, objetivos e critérios, Navarro e Soares (2008) argumentam que o caráter emergencial do Programa se justifica pela demanda existente e pelas condições socioeconômicas desses jovens, geralmente muito precárias, o que os torna candidatos naturais à marginalidade social e alvos fáceis para o submundo das drogas e crime organizado.

2.2 O PROJovem ADOLESCENTE

O Programa Projovem Adolescente - Serviço De Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens - integra a Política Nacional da Assistência Social e se materializa por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O Projovem Adolescente trata de uma reestruturação do programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e visa assegurar segurança social aos jovens e suas respectivas famílias. Atende e articula as ações de proteção social básica e especial para os jovens. (BRASIL, 2009).

Atende os jovens de 15 a 17 anos que se enquadram nas seguintes características:

a) adolescentes e jovens pertencentes às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; b) adolescentes e jovens egressos de medida sócio-educativa de internação ou em cumprimento de outras medidas sócio-educativas em meio aberto, conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente; c) adolescentes e jovens do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou adolescentes e jovens egressos ou vinculados a programas de combate à violência e ao abuso e a exploração sexual; d) adolescentes e jovens de famílias com perfil de renda de programas de transferência de renda; e) jovens com deficiência, em especial beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC); f) jovens fora da escola (BRASIL, 2009, p. 9).

O órgão gestor da assistência social (SMAS) é responsável pelo preenchimento das vagas e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) por selecionar os jovens (BRASIL, 2009).

O programa tem como prioridade fortalecer o vínculo familiar e comunitário, assim como reintegrar o jovem à escola, garantindo a sua permanência no sistema de ensino. Também orienta para a escolha profissional, uma vez que oferece cursos com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento de habilidades gerais (BRASIL, 2009).

Garantir que o jovem permaneça na escola e oferecer cursos profissionalizantes é importante para o jovem melhorar a sua qualificação e, assim, ter melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Para responder às demandas juvenis, foram criados três eixos estruturantes que guiam as ações socioeducativas do programa:

Convivência Social, Participação Cidadã e Mundo do Trabalho. Esses eixos integram o programa de formação do Projovem Adolescente e visam garantir que os jovens se constituem como cidadãos no âmbito individual e coletivo. As questões sociais atravessam as ações socioeducativas por meio de temas transversais. Sendo os temas transversais abordados: a) Juventude e Direitos Humanos e Sócio-assistenciais; b) Juventude e Saúde; c) Juventude e Meio Ambiente; d) Juventude e Trabalho; e) Juventude e Cultura; f) Juventude, Esporte e Lazer (BRASIL, 2009, p. 28).

O Projovem adolescente busca meios como a arte e o esporte, para estimular a convivência social e a participação cidadã, entre outras atividades. A ideia é que o jovem compreenda um pouco mais sobre o seu meio cultural, social, ambiental e

político, a partir da realidade de que uma melhor compreensão da realidade proporciona melhores oportunidades de acesso aos direitos como Saúde, Educação e lazer, entre outros.

Mais do que superar a fome e a miséria - estabelecendo um patamar mínimo obrigatório de dignidade humana - é necessário garantir a todos a oportunidade para desenvolverem plenamente suas potencialidades e capacidades e, assim, viverem de forma digna e autônoma. Esse é o propósito que une as pessoas do bem, comprometidas com a justiça social, que tratam as políticas sociais de forma republicana e suprapartidária, como uma responsabilidade do poder público com a melhoria da qualidade de vida de nossos cidadãos, principalmente daqueles historicamente alijados do processo de desenvolvimento do país. O investimento que estamos fazendo hoje em nossa juventude seguramente trará frutos não apenas para os seus beneficiários diretos, mas para toda a nação brasileira (BRASIL, 2009, p. 4).

Os jovens são organizados em grupos, de forma que cada grupo contenha entre 15 a 30 jovens e forme um coletivo. O coletivo é orientado por um educador social e é supervisionado por um profissional com curso superior. Esse profissional de nível superior deve pertencer ao Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) e deve atender às famílias dos jovens através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF). As necessidades especiais ficam na responsabilidade do CREAS. Assim, o programa baseia-se em três princípios do Sistema único de Assistência Social (SUAS): matricialidade sócio-familiar; territorialização e intersetorialidade (BRASIL, 2009).

A matricialidade familiar considera a importância da família, biológica ou não, no processo de desenvolvimento do jovem. Considera que o Estado deve proteger as famílias através de políticas públicas (BRASIL, 2009).

A territorialização exprime a necessidade de o jovem ser atendido próximo à sua residência. Dessa forma, considera o universo sociocultural ao qual pertence o jovem (BRASIL, 2009).

Dessa forma, o Projovem adolescente pretende ajudar a construir a autonomia das famílias dos beneficiados e fortalecer os laços familiares, para que esses tenham condições de estabelecer um patamar mínimo de dignidade humana.

O Projovem Adolescente tem sua gestão e financiamento compartilhados pela União, Estados, Distrito Federal (DF) e municípios, cada ente federativo com suas atribuições específicas estabelecidas no art. 17 do Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.692, de 2008 (BRASIL, 2009).

O Programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Econômico e Social. Porém, para garantir a intersetorialidade, foi constituído um comitê, sob a coordenação do MDS, com representantes dos ministérios e secretarias parceiros, a saber: Ministérios da Cultura, do Esporte, da Saúde, do Meio Ambiente, do Trabalho, da Educação, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria Nacional de Juventude (BRASIL, 2009).

Nesse sentido,

Trata-se de associar os serviços e benefícios que permitam a prevenção de riscos e contribuam para o reforço da auto-estima dos jovens, o desenvolvimento de sua autonomia e a capacidade de sobrevivência futura, bem como para a ampliação de seu acesso e usufruto à cultura e bens sociais (BRASIL, 2009, p. 6).

3 A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE INCLUSÃO DE JOVENS ADOLESCENTE - PROJovem ADOLESCENTE, NO BAIRRO DE SÃO PEDRO, NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, NO ESPÍRITO SANTO

3.1 CATEGORIZAÇÃO DOS JOVENS ENTREVISTADOS

A primeira parte desse estudo buscou contemplar as características dos jovens que participaram do programa Projovem Adolescente em São Pedro – Vitória/ES. Ao todo, foram 20(vinte) jovens entrevistados, com idades entre 16(dezesseis) e 28 (vinte oito) anos, que participaram do programa no período de 2005 a 2010. Os jovens menores de 18 anos receberam autorização dos pais para participar da pesquisa.

Sabe-se que, de acordo com a Lei nº 11.629, de 10 de junho de 2008, sancionada pelo presidente Lula, que lançou o novo Projovem Adolescente, o programa é voltado para adolescentes entre 15(quinze) e 17(dezessete) anos que possuam o seguinte perfil:

- (i) pertencentes a famílias beneficiárias do programa Bolsa Família (PBF);
- (ii) egressos de medidas socioeducativas de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme exposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- (iii) em cumprimento ou egressos de medidas de proteção, conforme disposto na Lei nº 8.069/1990; (iv) egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); (v) egressos ou vinculados a programas de combate à violência, ao abuso e à exploração sexual (BRASIL, 2005b, p. 54).

Diante dessa classificação de jovens que podem participar do programa, emerge a primeira representação sobre jovem, imposta pela própria sociedade: o jovem como problema social, fonte e vítima de problemas sociais. Assim, trata-se de pensar projetos sociais para aqueles que são pouco integrados socialmente. Vê-se um programa construído na ideia de que o jovem precisa ser menos ocioso e gastar o seu tempo com atividades mais produtivas.

Todos os 20(vinte) jovens entrevistados eram pertencentes a famílias beneficiárias do PBF. Ainda de acordo com a Lei nº 11.629/2008, três aspectos devem ser considerados sobre essa categoria de jovens beneficiados pelo PBF: o primeiro ressalta a importância da associação de serviços e benefícios assistenciais. Essa agregação é um importante meio de combate à pobreza. As famílias inscritas no PBF já são acompanhadas pelo CRAS, mas é importante ressaltar que ainda existem lacunas que devem ser minimizadas. Essas lacunas podem ser minimizadas com a busca dos jovens dessas famílias e, conseqüentemente, com sua integração ao Projovem Adolescente. Com o intuito de fortalecer essa missão, o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS) proporciona aos municípios, por meio do CadÚnico, a listagem dos beneficiados pelo PBF. (BRASIL, 2005b).

Em um primeiro momento, foi perguntado aos jovens como se deu a entrada no programa Projovem, se foi difícil a inserção e o acesso ao programa. Dos 20(vinte) alunos entrevistados, 03 (três) encontraram dificuldades para se inserir no programa. Dentre as dificuldades encontradas, citaram a demora em começar as atividades e “a quantidade de gente no bairro querendo.” O terceiro aluno não informou a dificuldade, apenas relatando que teve:

Aham, foi assim: eu queria tanto, que minha mãe conseguiu pra mim, mas eu tinha 14 e 15, não me lembro, eu tive que esperar por causa das aulas (Jovem 2).

Sim. Muita gente no bairro querendo (Jovem 13).

O segundo ponto a ressaltar sobre o PBF é que não são todas as famílias inscritas que recebiam o benefício, seja por motivos técnicos ou outros motivos. Mesmo assim, quando a família se enquadrava no perfil do Bolsa-Família, ela pode receber a bolsa a qualquer momento e, sendo assim, o jovem poderá participar do Projovem (BRASIL, 2005b).

Vale ressaltar, ainda, quanto ao PBF, a criação do *Benefício Vinculado ao Jovem - BVJ*. De acordo com a mesma lei que instituiu o Projovem, as famílias beneficiadas pelo PBF com jovens entre 16(dezesseis) e 17 anos que frequentavam regularmente a escola, recebem uma bolsa no valor de R\$30,00 por jovem, até a quantidade

máxima de 2 jovens. Essa bolsa era destinada para o jovem. O benefício de uma bolsa direta ao jovem acabava estimulando-o a ir à escola, o que por sua vez fortalecia mais o Projovem, já que o mesmo tem como objetivo elevar seu nível de escolaridade. Para Velasco (*apud* SILVA; YAZBEK, 2006, p. 199):

Nesse campo de transferência de renda, o estímulo continuidade dos estudos está presente, de modo que o ingresso do jovem no mercado de trabalho possa se retardar, ao mesmo tempo em que seja preparado para essa entrada. É preciso hoje avaliar o impacto dessas ações para poder aferir se realmente a inclusão social ocorre, se as atuais políticas dirigidas para o jovem, no âmbito da qualificação profissional, destinadas a inseri-lo no mercado de trabalho conseguem fazê-lo, como e qual a repercussão disso na sua vida. Isso tem se revelado num grande paradoxo, constituindo ainda num desafio no que se refere à implementação de programas que superem a fase experimental e possam ser duradouros e realmente causar impactos favoráveis na vida dos jovens, suas famílias e suas comunidades (VELASCO *apud* SILVA; YAZBEK, 2006, p. 199).

O jovem, ao frequentar o Projovem Adolescente, tem o direito de receber uma bolsa no valor de R\$100,00 (cem reais) mensalmente. Porém, algumas exigências devem ser cumpridas pelo jovem para o recebimento da bolsa, entre elas, a frequência à escola e o cumprimento de atividades socioeducativas.

Nesse momento, ao propor que o jovem participasse de atividades socioeducativas, vê-se construir uma segunda visão sobre o jovem: o jovem como protagonista do desenvolvimento da sua comunidade. Para Sposito e Corrochano (2005), embora reconhecer esse potencial protagonizador do jovem fosse bom, são visíveis os seus limites: primeiro, classificam todo e qualquer jovem como sujeitos predispostos a provocar mudanças independentemente do momento histórico e social. Segundo, essas mudanças são realizadas apenas se o mundo adulto permitir e criar condições para isso.

Durante as entrevistas, pode-se perceber que os alunos estavam cientes de que precisavam frequentar as aulas para receber a bolsa. Os alunos foram questionados se precisavam cumprir alguma atividade ou tinham alguma obrigação para receber a bolsa e participar do programa. Dentre os 20(vinte) entrevistados, apenas 06 (seis) alunos informaram que não precisavam cumprir nenhuma atividade para estar

frequentando o Projovem. Mas apenas 01(um) jovem relatou sobre as atividades sócio-educativas:

Você tinha que ter presença e nota boa para receber (Jovem 8).

Lá tinha que cumprir a norma de lá, 75% de presença na escola, pouca presença não ganharia essa ajuda que eles davam, fora isso, mais nada, só tinha que ter frequência nas aulas (Jovem 9).

Se você ficasse muito tempo faltando eles tiravam o nome (Jovem 10).

Não faltar às aulas, participar das aulas práticas que eles davam, ser pontual (Jovem 14).

Aqui se compreende, como Sposito e Corrochano (2005), que a exclusão social decorre por vários motivos, como falta de acesso à cultura, lazer, educação, saúde, direitos básicos, indo além da baixa renda. Nesse caso, os programas de transferência de renda destacam a frequência à escola como obrigatoriedade, porque a Educação é um fator primordial no processo de superação da exclusão social. Outro ponto destacado pelas autoras é que, no país, o sistema de ensino ainda é precário, e o abandono escolar decorre, muitas vezes, de complicações internas do sistema educacional, que é incapaz de acolher os jovens excluídos.

Foram observados, nos dados coletados, que nem sempre, os jovens inscritos no programa recebiam o benefício. Questiona-se, nesse ponto, a capacidade técnica do programa em atender os seus participantes conforme a lei instituída.

Dos 20(vinte) entrevistados, apenas 11 (onze) receberam o benefício da bolsa de R\$100,00 (cem reais) instituída pelo programa. Eis o que alguns desses jovens relataram quando foram questionados sobre se receberam algum tipo de benefício por participar do programa. Apenas 03(três) não reclamaram quanto ao pagamento da bolsa:

Sim, a bolsa de 100,00. Pagavam direitinho (Jovem 1).

Sim, a bolsa de 100,00.... (Jovem 7).

Sim, recebi a ajuda de R\$100,00 que eles davam. (Jovem 9)

Ainda em relação à bolsa, desses 11(onze) jovens que relataram receber o benefício 04(quatro) disseram que ocorreram problemas no pagamento ou que não receberam a bolsa por faltar às aulas do programa ou, ainda, devido à falta de verba. Nesse primeiro caso, o corte da verba está em conformidade com as diretrizes do programa:

R\$100,00 (cem reais). Cortaram duas vezes o auxílio financeiro por falta de verba (Jovem 5).

Sim, a bolsa de 100,00(cem reais). Recebi uma vez só, porque eu estava faltando, estava faltando por causa do trabalho, aí eles cortaram. E então não teve jeito! Comprei pra mim um material que estava faltando pra eu estudar (Jovem 8).

R\$100,00 (cem reais) por mês se você não faltasse às aulas. Atrasou no início, mas depois de 03 (três) meses eu recebi os R\$300,00 (trezentos) certinho (Jovem 15).

Recebia uma bolsa de R\$100,00 (cem reais). No começo eles pagavam em dia. (Jovem 20)

Sposito e Corrochano (2005) colocam a escassez de verba para as políticas sociais como um problema sério para a ação efetiva dessas políticas. Ocorre, ainda, a disputa de verba uma vez que se ampliam as demandas sociais e as necessidades de investimentos, ao incluir novas modalidades de público ao qual se destinam as ações.

Em relação aos jovens que não receberam a bolsa, esses relataram que nunca receberam a bolsa e não questionaram o programa quanto a isso ou, se questionaram, não receberam respostas convincentes. Também relataram receber outro tipo de benefício que não a bolsa de R\$100,00 (cem reais):

Sim, me davam vale transporte. Eu não recebia. Meus colegas falavam que recebiam (Jovem 2).

Vale transporte no dia dos eventos. Eles falavam que a gente ia receber uma bolsa, mas nem recebi (Jovem 3).

Recebi vale transporte. Não recebi a bolsa de 100,00 (cem reais), e não me disseram por que (Jovem 4).

Eles falavam que a gente ia receber, mas eu nunca vi nada (Jovem 11).

Não. Eles falaram que tinha uma bolsa de R\$ 60,00 (sessenta reais) (Jovem 13).

Bolsa não, recebia R\$ 38,00 (trinta e oito reais). A minha educadora falou que eles não estavam dando mais a bolsa de R\$100,00(cem reais). Logo que eu entrei eles pediam o bolsa família. Minha mãe recebeu o bolsa família e veio R\$ 38,00 (trinta e oito reais) do Projovem (Jovem 10).

Eu ia receber, mas não recebi não, eu não estava fazendo os deveres. Eu não sabia. Eu não sei ler, ai ficava com dificuldade de fazer. Aí, eu perdi o cartão também. (Jovem 6)

Questionando ainda sobre transferência de renda, foi perguntando aos jovens, que receberam a bolsa, qual o destino que eles davam ao dinheiro:

Eu tinha que ajudar na minha casa, né! Pagar conta, comprar material, quando precisava eu comprava, sempre que precisava eu comprava. (Jovem 9)

Comprei um material que estava faltando pra eu estudar! (Jovem 8)

Eu dava para minha mãe, olhar o meu menino pra eu ir pro Projovem estudar. Às vezes não, né? Tinha que pagar ela todo mês, fazia serviço de diarista à tarde e pagava ela com a bolsa do Projovem (Jovem 17).

Naquela época eu não trabalhava, eu só estudava, eu comprava coisas básicas que eu precisava. Também ajudava a família (Jovem 20).

Sabe-se que uma política pública de referência deve proporcionar o desenvolvimento da autonomia do jovem. Considera-se, então, o eixo norteador da política em questão, duas noções fundamentais: oferecer oportunidades e garantir os direitos de jovens, para que esses possam ter acesso a serviços básicos de saúde, educação e lazer, ter melhores oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e ter uma vida social/comunitária. Para alguns autores, a transferência de renda direta para o jovem é uma forma de garantir sua autonomia. Uma vez que o jovem começa a receber a bolsa, esse se sente independente em relação à família.

Sposito e Corrochano (2005), de acordo com Camacho e Leão (2004), apontam que diversos estudos justificam o quanto essa renda é importante para os jovens, para apoio e independência em relação à família. Porém, essa bolsa auferida aos jovens, muitas vezes, foi concebida como privilégio e não como direito que constitui um dos principais motivos para a permanência do jovem nos programas e escolas. Porém, verifica-se nas próprias falas dos jovens que, apesar do dinheiro ser transferido diretamente para eles, a forma de uso acabava beneficiando a família, e não só ao

jovem. O jovem relata que tinha ajudar em casa e que tinha compromissos com a família.

Para muitos, o pequeno valor recebido, a incerteza diante da continuidade da iniciativa de sua permanência como beneficiários, e o desejo de não ser “dependentes” do Estado reiterava a necessidade e a prática de continuar procurando trabalho ou de realizar atividades precárias (SPOSITO *et al*, 2003; CAMACHO 2004, LEÃO 2004, p. 146).

3.2 ESCOLARIDADE E EDUCAÇÃO x PROJÓVEM

Dos 20 (vinte) jovens entrevistados, 17 (dezessete) ainda frequentam a escola, mesmo após o término/desistência do programa e 03 (três) não frequentam mais a escola. Desses 03 (três) jovens que não frequentam a escola, 01(um) declarou não ser alfabetizado.

Observa-se que a maioria dos jovens continuou frequentando a escola, mesmo após a conclusão ou desistência de participar do Projóvem. Esse é um dado importante para o programa, uma vez que um dos seus objetivos que se perseguia era a elevação do nível de escolaridade no país.

Porém, embora tenha sido apresentado um aumento no nível de escolaridade e frequência à escola, tem-se uma distorção no que concerne à escolaridade e idade, o que continua a colocar em discussão a qualidade do sistema de ensino do programa e do país. Assim, aponta Velasco (*apud* SILVA; YAZBEK, 2006), ao questionar os dados censitários relacionados à escolaridade brasileira:

Embora os dados censitários apontem aumento significativo nas taxas de aumento de escolarização, tanto no que se refere ao acesso - com exceção do ensino superior com entrada mais restritiva - quanto a tempo de permanência na escola - continua grave a distorção entre escola, idade e série escolar, assim como continua questionável a qualidade do ensino no desenvolvimento de capacidades e habilidade, individuais ou coletivas, o que expressa a ineficiência do próprio funcionamento do sistema escolar revelada nos altos índices de repetência, na falta de infraestrutura, de professores, de material didático, de acervo bibliográfico (VELASCO *apud* SILVA; YAZBEK, 2006, p. 189).

Ao analisarem a situação de ensino no país, Carbucci *et al* (2009) verificam que ainda existem quase 1,5 milhões de analfabetos, elevada distorção entre o padrão idade-série, baixa frequência às aulas e restrita oportunidade de acesso à educação profissional. Os autores concluem que é crucial reduzir a incidência de analfabetismo entre jovens e, para isso, é preciso melhorar a qualidade do ensino fundamental, principalmente no que concerne às primeiras séries de estudo.

Peregrino (2004) coloca em questão que a escola contribui para a construção e formação do jovem, mas que seriam necessárias aprofundar algumas considerações sobre tal afirmação: primeiro, que como a nossa sociedade é desigual, a inscrição dos jovens em grupos (como as escolas) de socialização, estão desigualmente dispostas para os diferentes grupos sociais. Logo, se a escola *cria, socializa* as juventudes, o acesso desigual a essa instituição cria possibilidades desiguais de experimentação da condição juvenil.

No que se refere ao Projovem, entre os entrevistados que participaram da pesquisa, 01(um) afirmou ser analfabeto. Aqui, questiona-se tanto a atuação do programa quanto a situação educacional do país. Questiona-se como a aluna conseguiu ter acesso ao Projovem, uma vez que essa não foi alfabetizada nas primeiras séries do ensino fundamental. A política em questão objetivava ajudar o jovem a terminar o ensino fundamental e qualificar-se profissionalmente. Para participar do programa o jovem deveria já ter passado pela primeira etapa do ensino fundamental, a alfabetização.

No que se refere ao Projovem, é importante destacar a figura do educador social na formação do jovem durante a sua participação no programa. Alguns pontos, foram discutidos, durante a entrevista, para verificar a importância do papel do educador nesse processo. Foi questionado aos jovens como era o relacionamento com os profissionais (educador social):

A educadora era paciente (Jovem 3).

Sempre gostei deles, desde o primeiro dia (Jovem 4)

Eles são ótimos, eu gostei, são muito atenciosos com os alunos, explicavam as matérias bem direitinho, para a gente poder entender (Jovem 9).

Todos muito bons, com muita paciência pra ensinar. Tem um que está lá na UFES, onde eu trabalho (Jovem 19).

Observa-se que todos os adolescentes tinham bom relacionamento com os educadores, o que contribui para o processo de aprendizagem e ensino. Vale destacar, nessa etapa da pesquisa, que os educadores sociais possuem apenas a conclusão do Ensino Médio.

Silva e Santos (2002), concordam com tal afirmação. Para as autoras, os alunos são capazes de melhorar e desenvolver seu raciocínio de acordo com a atitude do professor em sala de aula. O papel do professor é de mediador e facilitador do aprendizado, é o professor que interage com os alunos na construção do saber. A relação entre professor e aluno é importante para criar um clima agradável para o aprendizado. Para as autoras:

O sistema centralizador de poder usa o saber como arma para reforçar a desigualdade, a falta de companheirismo entre homens, que competem uns com os outros na divisão do trabalho. Assim, a educação tem como finalidade romper os limites do conhecimento e formar, através da escola, pessoas críticas e democráticas, o que é claro, não é função somente da escola. A escola como instância educativa, tem como papel a elevação cultural dos seus educandos. Outro papel fundamental de atenção da escola é a formação da personalidade do aluno. De acordo com essa visão, a escola tem que ser o local onde os professores e alunos, diante de uma relação democrática, demonstrem interesse num objetivo único, dedicando-se conjuntamente em atividades que elevam o seu modo de ser e de viver. Indubitavelmente a atuação da escola consiste na preparação intelectual e moral dos alunos para assumir a sua posição na sociedade (SILVA, SANTOS, 2002, p.16).

Sposito e Corrochano (2005), também coloca que a ineficiência do ensino, se deve, em parte, a missão socializadora da escola.

Continuando a perguntar sobre os educadores, pedi aos jovens que deixassem uma mensagem para eles, de agradecimento ou reclamação, expressassem o que sentiam em relação a eles:

Meus professores foram ótimos. Não sei como está agora. Eles se dedicavam bastante. Davam muita atenção, ensinavam a gente (Jovem 1).

Não é com todo mundo que todo mundo se entende. Ela poderia entender melhor alguns alunos. Um dia estava bem, outro mal (Jovem 4).

Uai, continuar da mesma forma que quando eu estava cursando porque eles chegam muito bem, dão valor aos alunos, eles chegam e explicam, se precisar explicar duas vezes explicam, eles estão sempre acompanhando os alunos (Jovem 8).

Tinha os meninos que usavam drogas, a minha educadora sempre ajudava eles. Se precisar desabafar e tal, era só falar com alguém do Projovem (Jovem 10).

Muito obrigada por dar força a nós. Eles conversavam, ajudavam nas atividades quando a gente tinha alguma dúvida, eram presentes (Jovem 11).

Agradecida. Pela paciência, generosidade, amizade, todo esse período que conviveram com a gente. Pô, em um ano terminar o ensino fundamental. (Jovem 14)

Foi muito bom ficar com eles, participar das aulas deles, eles foram super atenciosos, super amigos, demais também, ...só tenho que agradecer, deram bastante força para gente, quando a gente pensou em desistir, a sala toda pensou em desistir, os professores se reuniram..conversaram com a gente, várias vezes, com todos juntos, todas as turmas reunidas, falando pra gente ter força de vontade e continuar (Jovem 17).

Continuar como eles estão, que continuem tendo bom relacionamento com os alunos. Ainda mais assim, a gente que é desses bairros "abençoados". Continuar desse jeito, sempre mostrando pros alunos o que é certo, o que é errado. Para gente não ir para o caminho errado (Jovem 18).

Eles eram pessoas preparadas para lidar com o jovem, mas a prefeitura deveria investir mais na preparação deles, para abordar temas tão delicados com o jovem, o profissional precisa ser preparado. Tem que ter uma preparação mesmo, para que por exemplo, o jovem não se ofenda (Jovem 20).

Dos 20(vinte) jovens entrevistados, 18 (dezoito) relataram ótimo envolvimento com os educadores sociais. Os relatos demonstraram que eles são gratos aos educadores, pela paciência, boa vontade ao ensinar e disponibilidade para tal. Porém, é importante destacar, como observado na fala do Jovem 04, que, às vezes, ocorria formas diferenciadas de tratamento em relação a um jovem e outro e, também, que o educador, às vezes, trazia problemas pessoais para a sala de aula. O Jovem 20, apesar de achar boa a preparação dos educadores, coloca que a prefeitura deveria investir mais na formação deles.

3.3 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

De acordo com o perfil de jovens entrevistados, verificamos que 15 alunos estão inseridos no mercado de trabalho. Dentre as atividades de ocupação desses jovens, podemos citar: instrumentadora cirúrgica, manicura, garçom, 02(dois) vendedores, 02 (duas) babás, 05 (cinco) pedreiros e auxiliares de serviços gerais e 01 (um) estagiário. Um era enquadrado no mercado informal, onde relatou realizar bicos em eventos e festas como garçom. Outro jovem, afirmou ter um emprego formal e também trabalhar realizando bicos em eventos como garçom. Observa-se que a renda, dos mesmos, variava entre R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e R\$600,00 (seiscentos e cinquenta reais).⁴

Observa-se que alguns jovens, tentavam conciliar trabalho e escola. Essa era a principal condição que atrapalhava o jovem a permanecer no programa. Por causa do trabalho chegavam atrasados ou faltavam às aulas. Assim, também não recebiam a bolsa.

Recebi uma vez só, porque eu tava faltando, tava faltando por causa do trabalho, aí eles cortaram, e então não teve jeito (Jovem 8).

Por não receberem a bolsa e não conseguirem frequentar as aulas ficavam desestimulados a continuar no programa. O jovem que precisa trabalhar para se sustentar e ajudar em casa, largava o programa, e não conseguia terminar os estudos. Muitas vezes, desistiam de estudar para permanecer em um emprego que proporcionava baixa renda e pouca chance de ascensão social, ficando *eternamente* nessa condição social.

Cabe discutir, aqui, como Peregrino (2004) o faz, se a escola realmente tem sido um meio para a promoção da ascensão social. Atualmente, o papel das escolas na sociedade capitalista está em crise. A autora coloca que as forças progressistas ou críticas da sociedade não tem sido capazes de elaborar um projeto para esta instituição. Mas essa ausência de projetos por parte das forças progressistas não torna ausente o papel desempenhado pela escola frente às políticas atuais. A escola

⁴ No período de 2005 a 2012 o salário mínimo aumentou de R\$260,00 para R\$622,73.

tem tornado ainda mais agudos os problemas da desigualdade socioeconômica. Para a autora, à escola estaria destinado o papel de reprodução da desigualdade, marcado por espaços de socialização distintos.

Assim, tendo baixa expectativa de ascensão social em relação à escola, o jovem desiste de permanecer no programa e prefere o cargo de trabalho. A família do jovem, grande contribuinte para a sua formação, também não se opõe a isso.

De acordo com o Traçado Metodológico do Programa, sua dimensão socioeducativa, a Formação Técnica Geral para o mercado do trabalho é imprescindível para a socialização e desenvolvimento de valores para a vida do jovem em sociedade.

Buscou-se analisar como está a vida dos jovens atualmente, em relação à vida profissional e estudo, depois da saída do programa. Para tal, foi questionado aos mesmos se o Projovem contribui para que eles estudassem ou trabalhassem atualmente, ou seja, se o fato de estarem trabalhando ou estudando foi devido à influência do programa. Dos 20(vinte) jovens entrevistados, apenas 07(sete) disseram que não é por causa do Projovem que hoje se encontram estudando ou trabalhando:

Sim, porque eu não queria estudar durante a noite, já tinha 18 (dezoito) anos, pra mim era ruim. Aí eu comecei a estudar no Projovem, quando terminei o Projovem fiz ensino médio, aí depois o técnico de enfermagem (Jovem 1).

No estudo talvez sim, mas eu já trabalhava antes de entrar no programa (Jovem 3).

Sim sai da escola pra entrar no Projovem e adiantar os estudos (Jovem 5).

Olha, até que o Projovem foi legal, mas o horário com meu serviço não combinava que eu chegava já em cima da hora, eu falava que ia chegar na primeira hora atrasada, mas não deu pra continuar por causa do horário do meu serviço (Jovem 9).

Não, eu já estudava (Jovem 11).

Comecei a ser menor aprendiz por causa do Projovem, no supermercado EPA. Agora estou trabalhando em um restaurante (Jovem 13).

Sim, contribuiu bastante, eu fiz um curso aí do Projovem, em 2007 eu consegui me empregar (Jovem 14).

Estudar sim, trabalhar não (Jovem 16).

Não, acho que não. Teriam influenciado se tivesse aproveitado algum curso no serviço (Jovem 17).

Não, não uso os cursos oferecidos no Projovem no trabalho (Jovem 19).

Nessa categoria de estudo, também foi perguntado para o jovem como ele falaria da influência do Projovem na sua vida:

Serviu para mim terminar os estudos mais rápido (Jovem 1).

Era muito irresponsável. A influência da educadora me ajudou muito, hoje sou mais responsável (Jovem 4).

Eu não desisti do Projovem porque os professores falavam pra gente não desistir. Eu concluí o ensino fundamental (Jovem 5).

Pra mim é um projeto que o governo fez que é ótimo. Não é só por causa da bolsa, não! Isso aí não tem nada ver, o negócio é o estudo, porque eles ensinam bem pra caramba lá, respeitam os alunos. Quando eu estudava tinha muita mulher de família, que também precisa, o que ajuda muito (Jovem 8).

Pra mim foi importante porque conheci pessoas novas, antes de fazer o Projovem eu ficava muito presa em casa, tinha más influências, e logo que participei do Projovem conheci outro tipo de pessoa (Jovem 10).

Mudou, eu só ficava dentro de casa. Conheci novos amigos (Jovem 13).

Que as pessoas procurassem, e buscassem pelo projeto. É um projeto muito bom. Que desse oportunidade pras pessoas de idade mais avançada, como eles já estão dando né, no EJA. Um projeto do governo federal também. Mas a gente não é remunerado né. E um projeto que a gente vai estudar um ano e seis meses o ensino médio. Todos aqui estudaram três anos! (Jovem 14).

Me ajudou muito. Nos estudos, a saber correr atrás dos meus objetivos (Jovem 16).

Teve bastante. Tem coisas que eu nunca tinha visto na vida. Igual o planetário eu nunca fui. Um sítio que eu nunca tinha visto, o Palácio Anchieta, pela primeira vez eu entrei, né? Através do Projovem. O teatro que tem na Costa Pereira. Muita coisa legal que a gente nunca tinha visto (Jovem 17).

Pra mim foi bom, muito bom, apesar de eu não estar trabalhando por causa do Projovem, eu pude estudar, rever as minhas matérias, pra mim foi lucrativo (Jovem 19).

Influenciou bastante na vida social, abordar temas que a gente não tinha muito conhecimento, sexo e drogas (Jovem 20).

Nota-se nas falas que o Projovem foi importante na vida desses jovens, uma vez que ajudou que eles terminassem o Ensino Fundamental. Porém, eles não atribuem o fato de trabalhar por terem frequentado o Projovem, uma vez que não utilizaram os cursos de aperfeiçoamento ofertados pelo programa no trabalho atual.

Aqui, questiona-se se o programa realmente é capaz de atender as demandas dos jovens. Será que os cursos ofertados aos jovens são de seu interesse? Será que esses cursos realmente são capazes de influenciar na sua vida profissional? Até que ponto o próprio jovem é capaz de influenciar nas políticas destinadas a eles?

Pode-se dizer, de acordo com Velasco (*apud* SILVA; YAZBEK, 2006), que a qualificação profissional é importante para o ingresso no mercado de trabalho, mas ela encontra-se diretamente relacionada com o funcionamento da economia nacional. Para o autor, é preciso entender o quanto ela é importante para gerar trabalho e oportunidade de inclusão de juventudes. Para Velasco (*apud* SILVA; YAZBEK, 2006), os programas de qualificação profissional, como o Projovem, são estratégias de governo para lidar com o desemprego.

Observou-se, também, que participar do programa colaborou com a socialização desses jovens, uma vez que eles relataram conhecer lugares aos quais nunca tinham ido e, também, aumentaram o ciclo e a qualidade das amizades.

Também vale ressaltar a fala da jovem que propõe que o programa atendesse a jovens de idade mais avançada. Aqui, tem-se um problema. As outras modalidades do Projovem, como Projovem Campo, Projovem Urbano e Projovem Trabalhador existem para atender o público mais velho; porém, observa-se que não estavam interligadas entre eles e, muito menos, ao Projovem Adolescente, para que o jovem saísse de uma modalidade e já ingressasse em outra modalidade do mesmo.

Para Silva e Andrade (2009), seria de grande importância a integração com as demais modalidades, mas as chances disso ocorrer eram pequenas, porque ambas as demais modalidades ofereciam o mesmo tipo de benefício e não existia diretriz quanto a dar continuidade no grau de escolaridade. Por exemplo, para que isso

ocorresse, alguma dessas outras modalidades poderia ofertar o Ensino Médio para o jovem que concluísse o Projovem Adolescente.

Na fala de um dos entrevistados, cita-se o programa Educação de Jovens e Adultos (EJA). O EJA ajuda o jovem a concluir o Ensino Médio. Seria interessante, também, propor a integração do Projovem adolescente a outros programas do governo, como o EJA. Essa seria uma proposta para aumentar o nível de escolaridade dos jovens no Brasil.

Nessa etapa do estudo, foi questionado ao jovem qual a importância de um programa de governo, como o Projovem Adolescente, para o jovem nos dias de hoje. Seguem-se as respostas:

É importante. Alguns pensaram em desistir. De 50 (cinquenta alunos) alunos que começaram, 20(vinte) terminaram. Para terminar o ensino fundamental (Jovem 1).

Eu acho importante porque tem muita gente que fica na rua. Ou procura um serviço para fazer e não acha (Jovem 2).

Na expectativa de ocupar os adolescentes da rua, ocupar a mente deles (Jovem 3).

Alguns faziam muita besteira. Deixavam de ir para algum lugar por influência da educadora (Jovem 4).

Aprender mais, é uma pena que acabou. Meu irmão provavelmente continuaria a estudar (Jovem 5).

É legal, um incentivo para estudar, não ficar à toa na rua. Muda tudo. Incentivar a vida de alguém. Tinha muito adolescente à toa antes (Jovem 6).

Concluir os estudos (Jovem 7).

Pra mim muda, é muito bom, muda a vida de uma pessoa, o que não tem oportunidade gera uma oportunidade boa pra eles (Jovem 8).

Pra mim é muito bom, porque assim, tira os jovens das ruas, né? Pelo menos alguns, já é uma ajuda financeira, impede o jovem de fazer besteira, vender uma droga, roubar não precisa, aprender mais (Jovem 9).

Muda todo o ritmo da vida. As pessoas podem largar as drogas (Jovem 10)

Melhora possível de todos os jovens, incentivando os estudos, ajudando a arrumar trabalho (Jovem 11).

Ficar mais tempo no Projovem, ficar menos tempo na rua fazendo besteira (Jovem 12).

É importante fazer o Projovem. Eu mudei de vida. Eles podem arrumar mais serviços (Jovem 13).

Continuar estudando e trabalhando (Jovem 14).

Tira muitos adolescentes da rua (Jovem 15).

Dar oportunidade para as pessoas vencerem na vida. Incentivar, estudar muito. Ninguém queria nada com nada, né. Ter oportunidade. Alguns desistiam. Só iam por causa do dinheiro. Mas alguns só. Tem um que estudou com a gente e se deu bem na vida, virou garçom (Jovem 16).

Ah, adquirir conhecimento e saber. A gente viu muita palestra boa, sobre gestação, sexo, drogas, Projovem é uma coisa diferente, o jovem de hoje em dia eles não querem saber de nada, através das aulas fomos tendo conhecimento e vendo as coisas com outros olhos (Jovem 17).

É importante porque em vez de eles ficarem na rua, eles estão aprendendo (Jovem 18).

A oportunidade que eles dão pra gente. A maioria não estudava há muito tempo e voltaram a estudar com o Projovem (Jovem 19).

Eu acho importante, porque hoje em dia tem tanta coisa, né? Violência, drogas, tanta coisa ruim que tudo que vier pra melhorar, pra somar, eu acho importante o governo investir, porque não é dinheiro jogado fora, é investir no nosso futuro. (Jovem 20)

É interessante notar a visão que os jovens constroem de si mesmos. Dos 20 (vinte) jovens entrevistados), 10 (dez) disseram que o programa é importante para livrá-los da droga e da violência. Uma vez que associam o programa como um importante meio para o jovem sair das drogas, sair do ócio, arrumar um emprego e ter a oportunidade de estudar. Essa visão de jovem é imposta pela sociedade atual. O próprio programa já induz a esse pensamento e conceito de jovem, se analisada minuciosamente a categoria de jovens a que esse se destina.

3.4 TERRITORIALIZAÇÃO

Entende-se por territorialização que os serviços prestados pelo governo às comunidades devem ser ofertados próximos à moradia dos jovens e suas famílias, no território de abrangência do CRAS. Define-se, aí, um universo cultural e histórico, e um conjunto de relações e inter-relações a serem considerados, bem como situações a serem objetos de ações articuladas das diversas políticas públicas (BRASIL, 2005b).

Com o objetivo de questionar se o programa cumpre o pilar da territorialização, proposto pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS), foi perguntado aos jovens se os encontros eram realizados em locais próximos às suas casas. Dos 20 (vinte) jovens entrevistados, 15 (quinze) disseram que os encontros eram realizados próximos à sua casa.

Ainda em relação ao acesso/territorialização, foi perguntado como eles chegavam até os encontros, qual o meio de transporte que utilizaram para chegar até lá. Dos 20 (vinte) jovens entrevistados, 17(dezessete) chegavam até os encontros a pé. Os outros 03(três) relataram ir de ônibus ou de bicicleta. Isso indica que o programa respeitava o princípio de territorialização. Respeitar o pilar da territorialização significa respeitar o espaço do jovem, entender que esse vive em um espaço específico e que a participação cidadã ocorrerá no território em que vive.

Foi questionado, ainda, sobre os encontros realizados em lugares distantes da comunidade em que vivem, ou seja, sobre os passeios e atividades realizadas longe. Foi questionado se a prefeitura disponibilizava transporte para chegar até o local. Dos 20 (vinte) entrevistados, 15 (quinze) disseram que sim. Dos outros 05 (cinco), 03(três) disseram que recebiam vale transporte no dia dos passeios e 02(dois) não compareceram nos encontros.

3.5 O PROJOVEM E A SUA MISSÃO SOCIALIZADORA

De acordo com o traçado metodológico do programa, o serviço sócio-educativo se colocava entre as relações que os jovens estabelecem entre si, entre a família e entre a comunidade, com o intuito de promover as potencialidades do jovem.

Para averiguar o caráter socializador do programa, nesse primeiro momento, foi perguntado aos jovens como era a relação estabelecida entre eles e os demais jovens que participaram do programa na sua época. Todos os 20 (vinte)

entrevistados relataram bom relacionamento com os colegas de curso, como observado em alguns desses relatos:

Bom. Mas tem bastante tempo que eu terminei, não mantenho mais contato com ninguém. Só com Daniel que é da minha igreja, é o único que ainda vejo (Jovem 1).

Eu conversava com eles todos. Fiz vários amigos. A gente ainda se encontra (Jovem 2).

Era legal. Tinha momentos de cada um ficar na sua, era bom, tem nada de falar deles, não. A maioria era legal, só tinha uns três lá que faziam bagunça e a educadora ficava nervosa porque não dava pra entender as aulas e eu reclamava. Mas nada além disso. Quando eu topo no meio da rua, eu ainda falo com eles, mas hoje, chegar a ir à casa da pessoa, sair com ela, não! Eu sou muito caseira não saio muito, quando saio, saio pra ir à casa da minha mãe ou irmã (Jovem 9).

O primeiro dia que eu entrei, todo mundo tava com vergonha, mas depois todo mundo perdeu a vergonha (Jovem 10).

Era todo mundo super íntimo um do outro. Todo mundo era amigo, não tinha discussões, e o professor também não aceitava, ele cortava logo. Nós sempre trabalhamos em grupo. Fiquei amiga dos alunos. A gente conversava pelo Orkut, pelo *site* mesmo do Projovem, a gente vê muita gente ali que estudou, estudaram com a gente, fotos de passeios que a gente fez, fizemos vários (Jovem 17).

Era bem. Continuo amiga das meninas que estão na minha sala também. E tem uma professora (Jovem 18).

Verifica-se, a partir da fala dos jovens, que a participação no programa ajudava o aluno a aumentar o seu ciclo de amizades e potencializava a sua capacidade de socialização, uma vez que deixa de *sentir vergonha*, para conversar e interagir com outras pessoas ou que esses permanecem amigos, mesmo concluindo o programa.

De acordo com o traçado metodológico do programa (BRASIL, 2005b), o convívio contribuiu para o desenvolvimento do sentimento de pertença (no caso, o sentimento de que o jovem pertence a uma sociedade e convive nela), a construção da identidade e a afirmação da individualidade.

Para o convívio, foram criadas estratégias de participação cidadã que supõe o desenvolvimento da percepção do jovem sobre a sua realidade (social, econômica, ambiental, política e cultural). O jovem deve reconhecer seus direitos de cidadania

(saúde, lazer, educação, cultura) e apropriar-se deles, assim como reconhecer quais os seus deveres perante a sociedade.

Para reconhecer a atuação do programa nesse campo, foi questionado aos jovens quais os temas abordados nos encontros, a fim de averiguar como os educadores sociais abordavam os temas de interesse do jovem, e se esses temas estavam de acordo com seus interesses. Abaixo, algumas respostas:

Drogas, sobre o projeto cidadão. Tinha um projeto aqui no meu bairro, fazíamos pesquisas no CAJUN e alguns lugares para conhecer São Pedro (Jovem 1).

Lembro de discutir a língua dos jovens, as gírias (Jovem 3).

Cidadania e trabalho. Projeto Odomode, fazíamos camisetas (Jovem 4).

Participação cidadã. Fazíamos um trabalho rodeando o bairro. Por exemplo, pra ver se tinha lixo (Jovem 5).

Sobre o planeta, sobre a água, sobre o corpo humano também (Jovem 6).

Matemática comercial. Para nós, o professor de ciências falava muito sobre o lixo, a atmosfera, planeta terra, essas coisas. Eu me lembro das aulas de matemática e dos vídeos de inglês (Jovem 8).

Meio ambiente, profissão, saúde. Televisão na sua vida, a importância da televisão na sua vida (Jovem 10).

Palestras sobre prevenir contra gravidez e doenças. Nós íamos para computação de vez em quando (Jovem 13).

Qualificação profissional como hotelaria e curso pra ser garçom (Jovem 15).

Nossa, tinha tantos, sexualidade, drogas, pedofilia, doenças, comunidade (Jovem 17).

Lugares turísticos de Vitória (Jovem 19).

É interessante notar como o programa foi importante para todos os jovens entrevistados, uma vez que realizava as atividades de participação cidadã e fez com que o aluno participasse do dia a dia do seu bairro, como relatado pelo *Jovem 1*. Essas atitudes são importantes para o reconhecimento do jovem como cidadão. Conhecer os lugares (pontos turísticos) da sua cidade, como relatado pelo *Jovem 19* foi importante, não apenas para lhe proporcionar lazer, mas também para que o mesmo conhecesse um pouco mais sobre a sua cidade e ampliasse sua cultura.

O *Jovem 5* relatou que eles faziam trabalhos rodeando o bairro e recolhendo lixo. Esse tipo de trabalho é importante para que o jovem reconheça alguns de seus deveres, principalmente no que concerne a organização e responsabilidade com o seu bairro.

Os jovens também citaram as aulas de ciências ofertadas pelo programa. Lá, eles tinham noção de meio ambiente, corpo humano, sexualidade, drogas, entre outros assuntos de seu interesse.

As atividades de qualificação profissional também foram relatadas como importantes para os jovens, principalmente as aulas de informática.

Também nessa categoria de estudo os jovens responderam o que mais gostaram de fazer no programa, com objetivo de verificar qual o seu principal interesse no programa:

Deram um curso de almoxarifado e administração (Jovem 1).
Eu gostava de computador (Jovem 2).

Oficina de artes, eu sempre gostava, a gente fazia objetos, camisa (Jovem 3)

Odomode. Era uma oficina de artes, a gente fazia camisas (Jovem 4).

Participação cidadã (Jovem 5).

As aulas, no geral, eram boas. Fiz curso de marketing, telemarketing, matemática comercial, português, ética, informática básica e avançada (Jovem 8).

Os passeios, me lembro da Pedra da Cebola, Fábrica Garoto, Convento da Penha, o Morro da Manteigueira. Cada mês tinha dois temas diferentes pra gente discutir (Jovem 10).

Esporte, tinha várias coisas, futebol, handebol (Jovem 11).

Das meninas (Jovem 12).

Quando a gente saía pra jogar bola (Jovem 14).

Curso de turismo (para guia), Cumin (garçom, ensinavam a gente a servir um cliente). A gente trabalhava na comunidade. A gente ajudava quem precisava, às vezes uma pessoa de baixa renda, né? Por exemplo, que precisasse ser encaminhada para o CRAS, teve todos esses projetos também, de condição social (Jovem 14).

Ir para a Feira do Verde, na Pedra da Cebola (Jovem 15).

Do curso, das aulas, o curso de administração. As aulas, também era super boa (Jovem 16).

Os passeios, eu me lembro que a gente foi conhecer o Maria Horta. Lá em cima, discutimos sobre a casa de antigamente da cidade (Jovem 18).

Eu gostava de ir porque a gente se encontrava né. As pessoas da mesma idade. Todo mundo diferente, era uma turma, uma turma de amigos. Era legal, eu gostava (Jovem 20).

Dentre as atividades que os jovens tinham interesse, pode-se destacar as atividades de qualificação profissional, principalmente os cursos de informática. É importante observar como o Projovem, mais uma vez, influenciavam no convívio dos jovens, uma vez que esses relatavam que o que mais gostavam no programa eram os amigos, porque eles tinham como se encontrar lá, “tinham uma turma de amigos”, como relata a *Jovem 20*.

Os passeios tornaram-se interessantes para os jovens porque eles passavam a conhecer um pouco mais do bairro e da cidade em que viviam, adquirindo mais conhecimento e cultura, além de desfrutar de lazer. O lazer e a cultura são direitos do jovem e precisam ser respeitados, para que esses pudessem se emancipar e se transformarem em cidadãos.

Outra atividade de interesse dos jovens era o esporte, que facilita o convívio, ajuda a desenvolver as habilidades e permitia que o jovem aprendesse a trabalhar em equipe. Assim como o esporte, as oficinas de artes também eram bem vistas pelos jovens.

4 CONCLUSÃO

O estudo aqui apresentado aponta uma importante contribuição para o âmbito das políticas públicas de juventude. No cotidiano da assistência à juventude, percebe-se a existência de muitas barreiras para a realização de uma política de juventude que seja de caráter 100% emancipatória.

Pode-se afirmar, em relação ao primeiro objetivo, que ocorreram mudanças na vida desses jovens, principalmente no âmbito social. Os jovens relataram desenvolver atividades de participação cidadã, que desenvolveram suas potencialidades e habilidades, que aumentaram o grau de convívio com outros jovens e também que contribui para a formação de um jovem capaz de trabalhar em equipe. A missão socializadora é uma das propostas descritas no eixo metodológico do programa.

Também ocorreram mudanças relativas ao estudo e emprego. Os jovens entrevistados relataram que conseguiram terminar o Ensino Fundamental devido à sua participação no programa. A conclusão do Ensino Fundamental torna-se de suma importância, uma vez que o jovem pode dar continuidade e concluir os estudos.

Porém, nesse ponto, necessário se faz lembrar algumas discussões anteriores: primeiro, a de que a Educação, atualmente, não significa, necessariamente, ascensão social. Segundo, que apesar dos jovens terem dado continuidade aos estudos, observa-se séria distorção em relação à idade e escolaridade, entre outros pontos que precisam ser avaliados e discutidos quanto ao sistema de Educação no país. Apesar de elevar a escolaridade - uma das metas do programa -, o mesmo não o faz com qualidade.

Aqui vale ressaltar, também, a importância do papel do educador social no programa, uma vez que os jovens relataram que esses incentivam a participação do jovem e estimulam o mesmo a não desistir. A relação educador social - aluno foi de grande importância para a permanência do jovem na escola/programa.

Os jovens disseram que estão trabalhando, mas não justificam esse trabalho por terem participado do programa. Afirmaram que os cursos oferecidos pelo programa não são utilizados no desenvolver do seu trabalho atual. Nesse ponto, questiona-se a capacidade do programa em atender as reais demandas dos jovens.

Em relação ao trabalho, observam-se alguns jovens tendo que trabalhar para manter-se ou manter a própria família. Os cargos ocupados pelos jovens são, em sua maioria, cargos que oferecem baixos salários e não oferecem chances para ascensão social.

Verifica-se, ao longo das falas dos jovens que, ao participarem do programa, ficaram diante de assuntos e coisas novas. Alguns jovens relataram sobre conhecer lugares novos da cidade e do bairro em que vivem. Esse tipo de atividade, além de proporcionar lazer ao jovem, transmite cultura e novos conhecimentos. Além desses temas, os jovens puderam discutir questões relacionadas a drogas, sexualidade, corpo humano, saúde, meio ambiente, entre outros. Ficaram diante de temas inovadores e que estão presentes no seu cotidiano, puderam tirar dúvidas e adquirir novos conhecimentos a esse respeito.

Vale a pena lembrar que esses temas não foram escolhidos pelos jovens, mas propostos pelo programa/educador social. Seria interessante se o jovem pudesse propor temas que os interessassem, para tornar o programa mais fidedigno à realidade juvenil. Porém, nesse aspecto, foi realizada uma boa avaliação do programa.

Questiona-se a capacidade técnica do programa em dois pontos: o primeiro, em relação ao recebimento da bolsa. Alguns jovens relataram não receber a bolsa proposta enquanto outros relataram receber com atraso. Sabe-se que a bolsa é um

dos incentivos para que o jovem permaneça no programa. É de suma importância entender que eles, muitas vezes, precisam do dinheiro para se sustentar ou ajudar em casa. Assim, é de grande valia que a bolsa seja paga; e paga nas datas corretas.

Em segundo lugar que o jovem ao concluir o programa, não é encaminhado para outra atividade. As demais modalidades do Projovem ofertam o mesmo tipo de benefício e o programa, além disso, também não tem conexão com outros programas de governo para proporcionar ao jovem o acesso ao Ensino Médio.

Assim, foi pretendido avaliar quais as possibilidades de se ter, atualmente, frente a uma dinâmica capitalista de mercado, uma ação de Estado com características emancipatórias. Nesse sentido, ao avaliar o programa Projovem Adolescente e trazer uma revisão literária sobre políticas públicas para a juventude, pretendeu a presente pesquisa contribuir para o alargamento sobre o debate juventude e políticas públicas.

Conclui-se que o Projovem Adolescente é uma política relativamente emancipatória, uma vez que ainda existem lacunas para a sua execução.

Uma vez que o enfoque da política é a adolescência, com pretensões de mudanças para a juventude desses adolescentes, deve-se ter em mente que não se pode olhar a juventude sobre uma única ótica. Isso, muitas vezes, é feito pela sociedade e pelos próprios jovens, tendo em vista que consideram a juventude como uma fase preparatória para a vida adulta e ainda existe a visão do jovem ocioso e violento, que precisa arrumar alguma ocupação, caso contrário, tornar-se-á inimigo da sociedade. Essa visão ainda permanece durante a construção de uma política pública para a juventude, como é o caso do Projovem Adolescente.

Se as políticas públicas não forem pensadas sobre esse marco estratégico, serão incapazes de tornarem-se efetivas na vida desses jovens e possibilitar sua autonomia, para que possam ser considerados sujeitos de direitos e deveres, ou seja, cidadãos. O eixo orientador das políticas de juventude deve ser a condição para que o jovem possa exercer plenamente a capacidade de cidadão, pois

fermentar esse eixo de cidadania significa criar condições para que eles protagonizem a sociedade em que vivem.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas Públicas**: Juventude em Pauta. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ARAÚJO, José Prata. **Manual dos Direitos Sociais da População**: as reformas constitucionais e o impacto nas políticas sociais. Belo Horizonte/MG: O Lutador, 1998.

AITH, Fernando. Políticas públicas de Estado e de governo: instrumentos de consolidação do Estado Democrático de Direito e de promoção e proteção dos direitos humanos. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). **Políticas Públicas**: Reflexões sobre o conceito Jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AUGUSTO, Maria Helena Oliveira. Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v.17, n.2, p.11-33.

AVRITZER, Leonardo; SILVA, Eduardo Moreira. **Introdução**. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiências nacionais de participação política**. São Paulo: Cortez, 2009.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **A política das políticas públicas**: Relatório de Progresso Econômico e Social na América Latina. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

BERNARD, H.R. **Research methods in Antropology**: qualitative and quantitative approaches. 2 ed. Walnut Creek (EUA): Altamira Press, 1995.

BIERNARCKI, P; WALDORF, D. Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling. Sociological Methods and Research, 1981, 10:141-163. In: SANCHEZ, Zila Van der Meer; OLIVEIRA, Lúcio Garcia de; NAPPO, Solange Aparecida. Fatores protetores de adolescentes contra o uso de drogas com ênfase na religiosidade. **Ciênc. saúde coletiva** vol.9 no.1 Rio de Janeiro 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000100005>. Acesso em: 2 maio 2012.

BRANCO, Rodrigo Castelo. O social-neoliberalismo e a “questão social” global. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 98, p. 283-307, 2009.

BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1988, promulgada em 5 de outubro de 1988. (CRFB). Brasília: **D.O.U.** de 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 18 mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde (CNS). Conselho Nacional de Saúde (CNS). Resolução CNS/196/96 - Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: **D.O.U.** de 16.10.1996. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm>. Acesso em: 22 abr. 2012.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. (CRFB). Brasília: **D.O.U.** de 16.7.90 e retificada em 27.9.90. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 18 mar. 2012.

_____. Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005b - Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília: **D.O.U.** de 30.6.2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso em: 8 abr. 2012.

_____. Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Brasília: **D.O.U.** de 11.6.2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm>. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: **D.O.U.** de 25.9.2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 28 abr. 2012.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) / Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) / Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE). **1ª Conferência Nacional da Juventude**: Caderno de Resoluções. Brasília. Disponível em: <http://www.psbps.org.br/juventude/docs/revista_da_conferencia_nacional.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2010.

_____. **Projovem**: Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Texto Integral. Brasília, Março de 2005b. Disponível em: <http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Documentos/Projovemf>. Acesso em: 10 jul. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSCF). **Projovem Adolescente**: Traçado Metodológico. 1. ed. Brasília: MDSCF, 2009.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas Públicas**: Reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

CANELA, Guilherme. **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

CARBUCCI, Paulo Roberto; CASSIOLATO, Maria Martha; CODES, Ana Luiza; CHAVES, José Valente. Situação Educacional dos jovens brasileiros. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C.; ANDRADE, Carla Coelho. **Juventude e Políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin; COSTA, Flavia de Albuquerque; SCHETTINO, Priscila, RIBEIRO, Luiz Claudio. Juventude e Políticas Públicas no Brasil nos anos 1990. Notas de uma pesquisa sobre jovens em Juiz de Fora - MG. **Libertas**, Juiz de Fora. Minas Gerais, v.1, n.1, p.151-159, 2º. Semestre de 2006.

CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n.2, jul./dez. 2002.

CURY, Beto. Os muitos desafios da política nacional da juventude. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiências nacionais de participação política**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

FILGUEIRAS, Luis. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. *En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendências globales y experiencias nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, **Consejo Latino Americano de Ciências Sociais**, Buenos Aires. Agosto 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basual/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em 10 de julho 2011.

HELD, David; MCGREW, Anthony. Trad.: Vera Ribeiro **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. A participação social no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiências nacionais de participação política**. São Paulo: Cortez, 2009.

LOPES, Roselli Esquerdo; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira, MALFITANO, Ana Paula Serrata; TAKEITI, Beatriz Akemi; SILVA, Carla Regina; BORBA, Patricia Leme de Oliveira. Juventude Pobre, Violência e Cidadania. **Saúde e Sociologia**, São Paulo, v. 17, n. 3, p 63-76,2008.

LEME, Alessandro André. Globalização e reformas neoliberalizantes: contradições na reestruturação do setor elétrico brasileiro nos anos 1990. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v.25, p.171-192,2005.

LÉON, Oscar Dávila. Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NAVARRO, Ignez Pinto; SOARES, Swamy de Paula Lima. **Emancipação, Juventude e políticas públicas: O caso do PROJOVEM**, 2008. Recife – PE: UFPE – MEC/SECAD, 2009.

NETTO, José Paulo. Repensando o balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1995.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução crítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Biblioteca Básica de Serviço Social).

NOVAES, Regina Célia Reys. Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. **Sociologia Especial, Ciência & Vida**. São Paulo, ano 1, n.2, 2007, p. 7-15.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Brasília. **Políticas Públicas de/para/com a Juventude**. Brasília: UNESCO, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança**, aprovada na Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989. Disponível em: <<http://jus.familiae.tripod.com/id199.html>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: Temas e Questões**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREGRINO, Mônica. A fecundidade da noção da moratória (Vital/Social) para a análise das relações entre juventude e educação no contexto de massificação dos processos educativos. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 27, 2004, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: Anped, 2004. 1 CD.

PRIORE, Mary Del. **História das Crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PORTUGAL, Alice. **PEC da juventude**. No ponto. Informativo Eletrônico da Ágere Cooperação em Advocacy. 16. ed. Brasília: 2008.

RAMOS, Leonardo César Souza. **A sociedade civil em tempos de globalização: uma perspectiva neogramsciana**. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2005. 219p.

SADER, Emir. A hegemonia neoliberal na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo**. 2 e.d. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

SILVA, Andréa Catarina; SANTOS, Roseane Moreira. *Relação Professor aluno: uma reflexão dos problemas educacionais*. Belém do Pará: Universidade da Amazônia, 2002.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho. *A Política Nacional de juventude: avanços e dificuldades*. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C.; ANDRADE, Carla Coelho. **Juventude e Políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

SOARES, Alexandre B. (Org), RIZINNI, Irene; BUSH, Malcom (Coord.). **Juventude e elos com o mundo do trabalho: retratos e desafios**. São Paulo: Cortez, 2010.

SPOSITO, Marília Pontes. *Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil*. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. 2. ed. **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____; CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventude e Políticas Públicas no Brasil*. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.24, 2003, p 16-39.

_____; SILVA, Hamilton Harley de Carvalho. *Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas*. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.11, n.32, 2006, p.238-371.

_____; CORROCHANO, Maria Carla. *A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil*. **Tempo Social**, São Paulo, v.17, n. 2, 2005, p. 141-172.

VELASCO, Erivã Ventura. *Juventudes e políticas públicas de trabalho no Brasil: a qualificação profissional e a tensão entre preferência e individualização*. In: SILVA, Maria Ozanira da; YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VENTURA, Magda Maria. *O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa*. **Revista SOCERJ**, Rio de Janeiro, v.20, n.5, 2007, p.383-386.

APÊNDICES

APÊNDICE A - FORMULÁRIO**I-IDENTIFICAÇÃO:**

INICIAIS:

RENDA SALARIAL:

ESTUDA:

ANO EM QUE PARTICIPOU DO PROJovem ADOLESCENTE:

IDADE:

PROFISSÃO:

SÉRIE:

II-SOBRE O PROGRAMA:

(A) ENCONTROU ALGUMA DIFICULDADE PARA SE INSERIR NO PROGRAMA PROJovem ADOLESCENTE? SIM () NÃO () QUAL?

C) QUAL O MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA CHEGAR AOS ENCONTROS DO PROJovem ADOLESCENTE?

() CARRO

() MOTO

() ONIBUS

() BICICLETA

() A PÉ

() OUTROS - INDICAR

B) OS ENCONTROS ERAM REALIZADOS PRÓXIMOS A SUA CASA?

() SIM

() NÃO

D) QUANDO OS ENCONTROS ERAM REALIZADOS EM LOCAIS DISTANTES, A PREFEITURA DISPONIBILIZAVA MEIOS DE TRANSPORTE?

D) EM CASO DE ATIVIDADES COMO PASSEIOS E EXCURSÕES, ERA A PREFEITURA QUE DISPONIBILIZAVA O TRANSPORTE?

() SIM

() NÃO

() NÃO HOUVE ENCONTROS EM LOCAIS DISTANTES

(E) VOCÊ RECEBIA ALGUM TIPO DE BENEFÍCIO POR PARTICIPAR DO PROGRAMA? SIM () NÃO () QUAL?

F) QUAIS AS OBRIGAÇÕES, QUE DEVERIAM SER CUMPRIDAS POR VOCÊ, PARA PARTICIPAR DO PROGRAMA?

G) QUAIS OS TEMAS ABORDADOS NOS ENCONTROS? VOCÊ SE LEMBRA DE ALGUM? FAÇA UMA RELAÇÃO DOS TEMAS DE ACORDO COM SUAS LEMBRANÇAS.

H) RELATE UM ENCONTRO QUE VOCÊ MAIS GOSTOU.

I) COMO ERA SEU RELACIONAMENTO COM OS OUTROS ADOLESCENTES DE SUA ÉPOCA?

J) E COM OS PROFISSIONAIS?

(K)VOCÊ FICOU AMIGO DE ALGUÉM? SIM () NÃO () COM QUEM?

L) O PROJovem CONTRIBUIU PARA QUE VOCÊ ESTUDASSE E TRABALHASSE HOJE?

M) COMO VOCÊ FALARIA DA INFLUÊNCIA DO PROJovem NA SUA VIDA HOJE?

N) SE VOCÊ PUDESSE DIZER ALGUMA COISA AOS PROFISSIONAIS DO PROJovem, O QUE DIRIA?

(P)PARA VOCÊ, QUAL A IMPORTÂNCIA DE UM PROGRAMA DE GOVERNO COMO O PROJovem ADOLESCENTE?

(Q)VOCÊ SABERIA ME INDICAR UMA OU MAIS PESSOAS QUE PARTICIPARAM DO PROGRAMA EM SUA ÉPOCA? OU OUTRA ÉPOCA? (PODERIA DISPONIBILIZAR E-MAIL, TELEFONE OU OUTRO CONTATO?)

ANEXO

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Vimos, através deste documento, convidá-lo(a) a participar de uma pesquisa que está sendo realizada pela mestrandia Juliana de Souza Costa Cola, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. César Albenês de Mendonça Cruz do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da EMESCAM. Esta pesquisa tem como objetivo identificar as mudanças ocorridas na vida dos jovens a partir do estabelecimento do vínculo com o Programa Projovem Adolescente, verificando como as práticas desenvolvidas no mesmo transmitem novas informações e como tais conteúdos os afetam em suas atitudes e compreender como ocorre a relação entre o jovem e o programa, relacionando acertos e dificuldades para sua operacionalização identificando a visão dos ex-usuários. Sua participação é voluntária e os dados da entrevista são confidenciais, sendo analisados apenas pelas pesquisadoras e sem identificação dos participantes. Para garantir maior eficácia na análise de dados, solicitamos sua autorização para gravação do áudio. Os dados da pesquisa podem vir a ser publicados e divulgados, somente para fins acadêmicos, garantindo o anonimato dos participantes. Não existem respostas certas ou erradas. É muito importante que você dê a sua opinião sincera. Não há riscos envolvidos ou despesas e você poderá, a qualquer momento, recusar-se a responder ou desistir da sua participação. Acreditamos também que o desconforto será mínimo, apenas de responder a algumas questões sobre sua história de vida. Quaisquer informações adicionais ou esclarecimentos acerca dessa pesquisa poderão, a qualquer momento, ser obtidos junto à mestrandia Juliana de Souza Costa Cola, através do *e-mail*: juliana.cola@gmail.com.

Vitória, ____/____/____

Entrevistado(a)

Pesquisadora

Orientador